

Relatório de Actividades de Formação da Administração Pública 2007

Secretariado

Saúde

Informática

Humanidades

Ciências da Educação

Formação de Formadores

Artes

Ciências Sociais e do Comportamento

Gestão e Administração

Matemática e Estatística

Direito


dgaep
direcção-geral da administração
e do emprego público

Serviços de Segurança

Contabilidade e Fiscalidade

Relatório de Actividades de Formação da Administração Pública 2007

Outubro 2008

Grupo de trabalho:

Maria de Lourdes Rodrigues (coordenação)
Maria Manuela C. Monteiro
Nuno Baltazar Lopes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2. PERFIL DA AMOSTRA	12
3. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	16
3.1. Caracterização das Unidades de Formação	16
3.2. Caracterização dos serviços com planos de formação	17
4. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA	19
4.1. Caracterização dos formandos	19
4.2. Caracterização das acções de formação	25
4.2.1. Formação por horas, áreas de formação e encargos	25
4.2.2. Formação por modalidade	27
4.2.3. Tipo de acções de formação	29
4.2.4. Tipo de horário da formação	31
4.2.5. Regime de formação	32
4.2.6. Entidades formadoras	33
5. INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	35
5.1. Estrutura de custos da formação	35
5.2. Fontes de financiamento	38
6. EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	40
7. FORMAÇÃO EM REGIME DE AUTOFORMAÇÃO	42
8. ORGANISMOS CENTRAIS DE FORMAÇÃO	45
8.1. Caracterização dos participantes em formação	45
8.2. Caracterização da formação por entidades	46
8.3. Caracterização da formação desenvolvida	48

8.3.1	Formação específica para alta direcção	48
8.3.2	Distribuição das horas e custos pelas áreas de formação	49
8.3.3	Distribuição das horas de formação por modalidade	50
8.3.4	Volume de formação por tipo de horário	51
8.3.5	Regime de formação	51
8.3.6	Fontes de financiamento	52

Anexos:

- Anexo I - Formulários do relatório de formação profissional – Geral, INA e CEFA
- Anexo II - Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação
- Anexo III - Glossário de siglas

INTRODUÇÃO

A DGAEP na qualidade de órgão de coordenação do sistema de formação profissional da Administração Pública e, em cumprimento das atribuições e competências do Artigo 30º e nº. 1 do Artigo 22º. do Decreto-Lei nº 50/98, de 11 de Março, elaborou o Relatório de Actividades de Formação da Administração Pública 2007.

O presente relatório anual foi elaborado com base nos relatórios provenientes dos serviços dos Órgãos de Soberania, Administração Directa e Indirecta do Estado (ADIE), INA, CEFA, Administração Local (AL) e Administrações Regionais da Madeira e Açores.

Relativamente ao Relatório de Actividades de Formação da Administração Pública 2006, elaborado com base na amostra de 188 serviços da ADIE e nos dados globais sobre formação da Administração Local, o presente relatório assenta num universo significativamente mais representativo, constituído por 550 relatórios correspondentes a 978 serviços, 347.374 trabalhadores e 122.278 formandos e integra dados dos diferentes sectores da Administração Pública.

Esta evolução de sentido positivo deveu-se à planificação e decisão superior sobre as propostas de reformulação do formulário, universo de serviços, calendarização, divulgação, recolha e tratamento da informação, nomeadamente:

- Divulgação do novo modelo de relatório de actividades de formação, em suporte Excel, através do *site* da DGAEP, para preenchimento pelos serviços;
- Elaboração e envio de ofícios aos Órgãos de Soberania, Secretarias-Gerais dos diferentes Ministérios e Administrações Regionais Autónomas da Madeira e Açores, com textos adaptados em função do

- nível de resposta ocorrido em 2006, no sentido de superar lacunas e alargar o âmbito de resposta dos serviços centrais e periféricos;
- Elaboração e envio de ofícios específicos aos Órgãos Centrais de Formação INA e CEFA solicitando informação sobre formação interna e formação realizada na qualidade de entidades formadoras;
- Elaboração e envio de ofício específico à DGAL solicitando colaboração no sentido da promoção da divulgação e preenchimento do modelo de relatório de formação pela Administração Local.

É de realçar o empenhamento da DGAL na concretização deste objectivo, concretizando-o pelo envio de ofício-circular a todos os municípios do Continente e às Direcções Regionais da Madeira e Açores com tutela das autarquias locais.

Complementarmente à divulgação do modelo de relatório através de ofícios, foram efectuados centenas de atendimentos e contactos com os serviços, via telefone e através de e-mail, numa 1ª fase para esclarecimentos sobre prazos e aspectos de preenchimento, bem como insistências para elevar o nível de resposta e, numa 2ª. fase para validação da qualidade de informação dos relatórios de formação enviados pelos serviços.

Sublinhamos o elevado envolvimento das Secretarias-Gerais, patente na promoção da divulgação e preenchimento dos relatórios de formação junto dos serviços centrais e periféricos da generalidade dos Ministérios e Autarquias Locais.

Porém, subsistem ainda reduzidos níveis de resposta em situações pontuais e respeitantes, em regra, a serviços periféricos de alguns Ministérios e ainda ao envio de dados à margem do preenchimento do formulário disponibilizado pela DGAEP que, em regra, prejudicou e inviabilizou o tratamento de alguma informação.

A reformulação do formulário de relatório, em suporte Excel, disponibilizado aos serviços pelo site da DGAEP, consistiu na selecção dos itens mais significativos para a caracterização do investimento em formação profissional da Administração Pública e simplificou, de forma muito significativa, os procedimentos de divulgação, preenchimento, recepção e tratamento de informação.

Quanto ao conteúdo do formulário de relatório (Anexo I) foram solicitados dados referentes a:

- Identificação e caracterização dos serviços e da unidade de formação;
- Caracterização dos trabalhadores afectos aos serviços e dos trabalhadores que participaram em acções de formação por grupo de pessoal e género;
- Caracterização das acções de formação profissional desenvolvidas por áreas de formação, modalidade, tipo e duração de acções, custos directos, tipo de horário, regime de formação, formandos e entidade formadora;
- Indicadores de execução do Plano de Formação referentes a acções, formandos e custos;
- Encargos com a formação e pessoal - despesas anuais com formação, fontes de financiamento, encargos totais com pessoal e orçamento executado do serviço;
- Caracterização dos trabalhadores que participaram em acções de formação, ao abrigo do regime de autoformação, por grupo de pessoal e género.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O reforço da qualificação dos recursos humanos é uma orientação estratégica e condição de modernização e desenvolvimento dos serviços públicos, no quadro da Reforma da Formação Profissional (RCM nº. 173/2007, de 17 de Outubro) e por aplicação do Decreto-Lei nº. 50/98, de 11 de Março, que define as regras e os princípios que regem a formação profissional na Administração Pública.

A amostra subjacente à elaboração deste relatório é representativa dos diferentes Sectores de Administração Pública – Órgãos de Soberania/Serviços de Apoio, Administração Directa e Indirecta do Estado, Administração Local e Administração Regional Autónoma - integrando dados sobre formação profissional constantes dos relatórios de formação, relativos a 978 serviços do universo geral de 2610¹, correspondentes a 122.278 formandos e a 347.374 trabalhadores.

No que se refere à *análise da formação desenvolvida*, relevam-se os seguintes aspectos:

a) Caracterização dos serviços

- 39,50% dos serviços têm *unidades de formação*, destes serviços 37,02% ministram *formação para o exterior*,
- 55% dos serviços da ADIE e 73% dos serviços da Administração Local não elaboraram *planos de formação*.

¹ **Fontes:** ADIE – dados do SIOE/Dez. 2007; AL – DGAL/Dez. 2007; Administração Regional Autónoma – BDAP/Dez. 2005;

b) Caracterização dos formandos

- A taxa de participação em formação cifra-se globalmente em 35,20% do universo de 347.374 trabalhadores;
- A taxa de participação em formação por género é mais elevada nas mulheres (37,62%) do que nos homens (32,79%), acentuando-se esta tendência na ADIE e na Administração Local;
- As taxas médias de participação em formação, por grupos de pessoal, são superiores a 55% no pessoal dirigente e técnico superior, situam-se entre os 39% e os 45% no pessoal técnico, técnico-profissional e administrativo, seguido do pessoal auxiliar e operário com taxas inferiores a 25%;
- Quanto às horas de formação por trabalhador, constata-se que a taxa média é de 24,4 horas, registando a ADIE um valor superior, designadamente o MAI com 55,8 e o MFAP com 46,7 horas;

c) Caracterização das acções de formação

- O volume global de formação traduziu-se em 8 491 862 horas, registando elevados níveis as áreas de formação dos Serviços de Segurança, Ciências Empresariais e do Desenvolvimento Pessoal, cobrindo mais de 60% do total;
- Registam os maiores investimentos em formação as áreas relacionadas com as Ciências Empresariais, Desenvolvimento Pessoal, Saúde e Informática, cobrindo mais de 70% do total;

- No respeitante à *modalidade de formação* constata-se uma elevada predominância da formação contínua com 86,37% do total da formação, cabendo à formação inicial a percentagem de 13,63%;
- A *formação interna* regista uma percentagem média geral de 76,99% é manifestamente predominante sobre a *formação externa* (23,01%);
- Sobre o *tipo de horário de formação* predomina a formação em regime laboral com a percentagem média de 93,21%, registando taxas muito reduzidas os regimes pós-laboral e misto;
- Relativamente ao *regime de formação* releva-se o regime presencial com uma percentagem muito elevada de 93,78%, seguida da formação no posto de trabalho com a taxa de 4,58%, tendo os regimes *misto/blended learning* ou *e-learning* uma representação residual;
- Quanto à *entidade formadora* constata-se que 64,37% da formação é ministrada pelo próprio serviço, porém a Administração Local diverge desta tendência recorrendo, de forma significativa, ao CEFA e a empresas de formação.

d) Investimento em formação

- O *investimento total em formação* foi de 125.162.127,38€, sendo 40,98% imputáveis a custos directos e 59,02% a custos indirectos;
- O *investimento médio em formação*, por trabalhador na Administração Pública, foi de 358,23€, verificando-se diferenciações significativas entre ministérios, ADIE e a Administração Local;
- O *peso da formação nos orçamentos* dos serviços representa 2,06% do total dos encargos com pessoal e 0,64% do orçamento dos serviços;

- A principal *fonte de financiamento* da formação é o Orçamento de Estado com 83,90% do total, seguindo-se as receitas próprias (10,24%) e o financiamento comunitário (5,86%);
- Na Administração Local as receitas próprias são a principal *fonte de financiamento* com 64,35%, seguindo-se o financiamento comunitário com 19,87% e o Orçamento de Estado com 15,78%;

e) Execução do Plano de formação

- O grau de *execução dos planos de formação* foi, em geral, superior a 80%, no referente ao cumprimento da previsão de acções, formandos e custos, porém, em alguns Ministérios verificaram-se baixos níveis de execução;

f) Formação em regime de autoformação

- 2/3 do total de serviços não registam qualquer participação em acções ao abrigo do *regime de autoformação*;
- Apenas 2,70% dos trabalhadores frequentaram acções ao abrigo do regime de autoformação, constatando-se que a taxa de participação feminina é superior à masculina, respectivamente, 3,93% e 1,48%;
- A Administração Local regista uma participação de trabalhadores de 1,45%, enquanto na ADIE é de 3,57%, relevando-se o MS com mais de 12% e o MTSS com mais de 7%;
- O Grupo de pessoal Técnico Superior com 5,93% regista a maior participação em regime de autoformação.

g) Organismos centrais de formação

O Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA, I.P.) e o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), na qualidade de organismos centrais de formação, desenvolveram em 2007, 943 acções de formação, com um total de 25.161 participações, correspondendo ao volume de 807.531 horas e ao investimento no valor de 9.115.977.73 €.

O presente Relatório de Actividades de Formação da Administração Pública de 2007 é a expressão do empenhamento da gestão no sentido de elevar a qualificação dos trabalhadores afectos às diferentes áreas operativas e de apoio instrumental dos serviços, relevando-se as actividades de segurança, de direcção e gestão de serviços, para o que mobilizou assinaláveis recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos.

Porém, apesar do volume global da formação profissional se traduzir, em 2007, em 8 491 862 horas de formação, tendo envolvido o investimento total de 125.162.127,38€ em custos directos e indirectos, consideramos que o reforço da actividade de formação dos serviços, em conformidade com a legislação em vigor, continua a ser um imperativo de gestão no sentido de:

- Generalizar a criação de unidades de formação nos serviços dos diferentes Sectores da Administração Pública;
- Generalizar a elaboração e assegurar a execução dos planos de formação, com base no diagnóstico das necessidades reais dos serviços e na implementação de sistemas de controlo;
- Reforçar a participação na formação, elevando o nº. de horas de formação por trabalhador e corrigindo os desequilíbrios entre grupos de pessoal;

- Reforçar o volume de formação inicial, em articulação com o planeamento/recrutamento anual de efectivos;
- Diversificar os regimes de formação, reforçando a organização da formação em regime *misto/blended learning* ou *e-learning*, pelo apetrechamento de instalações e aquisição de meios tecnológicos adequados por recurso, designadamente, ao financiamento comunitário, em detrimento do forte peso actual da formação em regime presencial;
- Reforçar o investimento em formação, elevando as verbas para a formação no orçamento do pessoal e dos serviços;
- Incentivar a formação em regime de autoformação e reforçar o controlo e o registo das acções de formação frequentadas sob este regime;
- Avaliar e registar o impacto da formação ministrada, no funcionamento dos serviços e na qualidade dos serviços prestados.

2. PERFIL DA AMOSTRA

A representatividade da amostra avalia-se pelos relatórios de formação recebidos, pelos serviços e efectivos a que correspondem e respectivos universos, valores apurados e reportados a Dezembro de 2007, com base no Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE).

Relativamente ao número de serviços abrangidos, a presente amostra é constituída por 550 relatórios de formação a que correspondem 978 serviços do universo de 2610, apurado com base no SIOE e integra dados dos diferentes sectores da Administração Pública – Órgãos de Soberania e Administração Directa e Indirecta do Estado, Administração Local e Administração Regional Autónoma.

Os relatórios recebidos dos Órgãos de Soberania e Administração Directa e Indirecta do Estado correspondem a dados de 749 serviços do universo de 2 245.

Da Administração Local foram recebidos relatórios de formação relativos a 172 Municípios, Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados, no universo de 308 Municípios.

Das Regiões Autónomas, foram recebidos 5 relatórios de formação - 4 da Região Autónoma da Madeira e 1 sob a forma de ofício da Região Autónoma dos Açores - com dados relativos ao universo de efectivos de todos os serviços².

No referente a efectivos da Administração Pública a amostra, constituída pelos 550 relatórios de formação, corresponde a 347.374 trabalhadores e a 122.278 formandos.

² O nº global de efectivos da RAA e RAM foi estimado, por recurso à BDAP/Dez. de 2005.

Embora significativamente representativa, destacando-se o elevado índice de resposta dos serviços centrais da generalidade dos Ministérios e entidades da Administração Indirecta do Estado, a presente amostra regista insuficiências significativas referentes a alguns serviços e sectores profissionais, sendo de relevar os seguintes aspectos:

- falta de dados sobre formação dirigida a magistrados, docentes do ensino básico e secundário e ao pessoal dos serviços consulares;
- do universo de 1195 escolas do ensino básico e secundário, apenas 99 enviaram relatórios;
- do universo de 232 estabelecimentos de ensino superior, apenas 79 enviaram relatórios;
- falta de dados sobre formação ministrada aos trabalhadores afectos às Freguesias;
- enviaram informação parcial ou não passível de tratamento relativamente a alguns indicadores, devido ao não preenchimento ou preenchimento parcial do formulário uniformizado, a Assembleia da República, a RAM e a RAA.³

Quanto à distribuição dos trabalhadores por sector de Administração, constata-se que a amostra representa cerca de 50% do universo, sendo a Administração Regional Autónoma a mais representada, com 100%, considerando que a formação realizada terá sido, potencialmente, organizada e dirigida ao universo dos trabalhadores (Gráfico 1)⁴.

³ Desta situação resulta que, no tratamento e análise dos dados relativos a alguns indicadores, os Órgãos de Soberania e as Regiões Autónomas não puderam ser considerados.

⁴ **Fontes:** ADIE – dados do SIOE/Dez. 2007; AL – Balanços Sociais 2007 dos 308 Municípios; Administração Regional Autónoma – BDAP/Dez.2005.

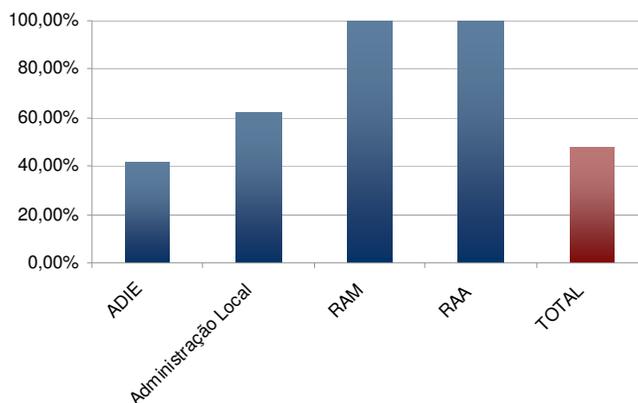


Gráfico 1 – Distribuição da percentagem de trabalhadores por sector de Administração

Na Administração Local a amostra representa mais de 60% do universo.

O sector que apresenta, pelos motivos já invocados, a percentagem média de menos representatividade quanto ao número de trabalhadores foi a Administração Directa e Indirecta do Estado (ADIE) e Órgãos de Soberania com cerca de 40%.

Quanto à distribuição dos trabalhadores da ADIE por Ministérios constata-se que registam uma elevada percentagem de respostas, posicionando-se entre 70% e 98% a PCM, MTSS, MAOTDR, MOPTC, MFAP, MJ, MEI, MC, MADRP e MAI (Gráfico 2).

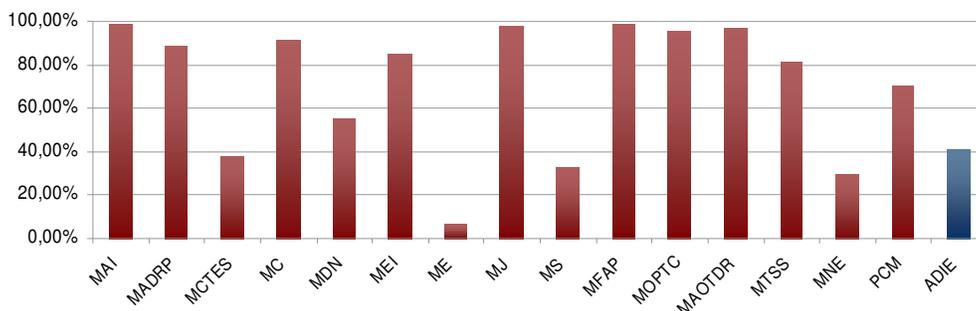


Gráfico 2 – Taxa de cobertura da amostra de trabalhadores da ADIE, por Ministério

O MDN regista uma percentagem de 54,78% e destacam-se com percentagens igual ou inferior a 37% o MCTES, MS e MNE e o Ministério de Educação com 6,8%.

Quanto à distribuição dos trabalhadores por género e sectores de Administração, verifica-se que existe uma maior representatividade de mulheres nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, respectivamente, de 73,34% e 65,70% (Gráfico 3).

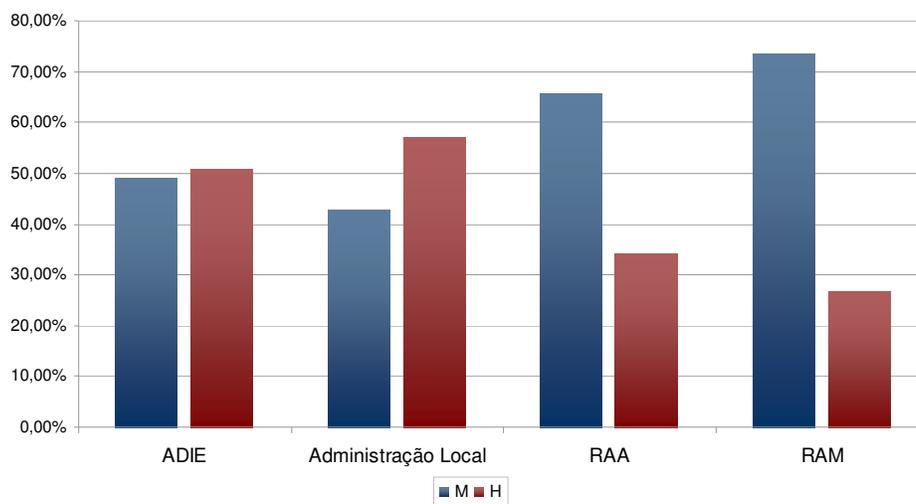


Gráfico 3 – Distribuição de trabalhadores por género e sector de Administração

Situação inversa ocorre no sector da Administração Local com uma percentagem de homens de 57,23%, superior à de mulheres (42,77%).

Relativamente à ADIE verifica-se que a percentagem de homens (50,98%) é ligeiramente superior à de mulheres (49,02%).

3. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS - UNIDADES DE FORMAÇÃO E PLANOS DE FORMAÇÃO

3.1 Caracterização das unidades de formação

Dos serviços que enviaram relatórios de formação apenas 39,50% têm unidades de formação.

Na ADIE constata-se que mais de 50% dos serviços que integram a PCM e o MTSS, MAOTDR, MFAP, MS, MJ, MDN e MADRP têm unidades de formação (Gráfico 4).

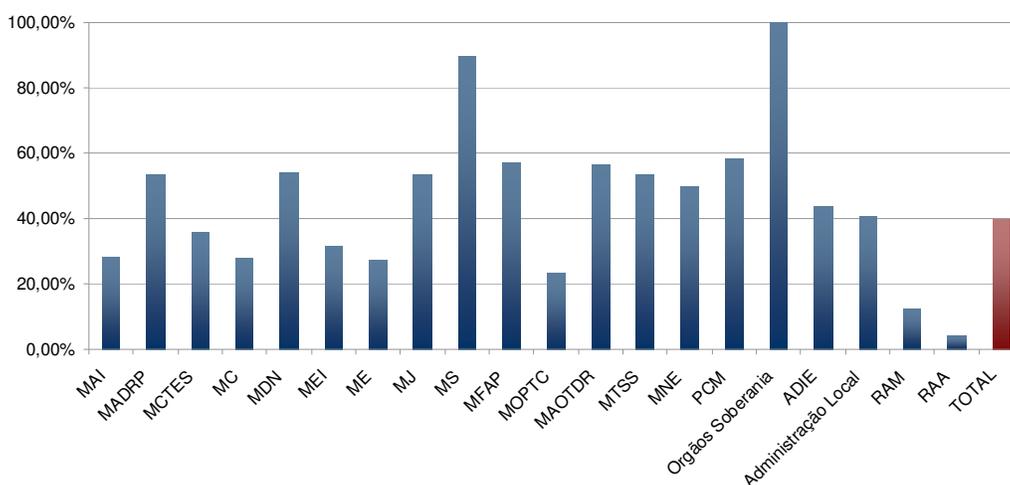


Gráfico 4 – Serviços com unidades de formação

Releva-se ainda, a grande representatividade dos Órgãos de Soberania com uma percentagem de 100%.

Dos serviços que mencionam ter unidade de formação - 16,17% são Direcções de Serviços, 22,55% são Divisões e 61,28% são de outro nível orgânico - presumindo-se que estes sejam de nível orgânico inferior a divisão (Gráfico 5).

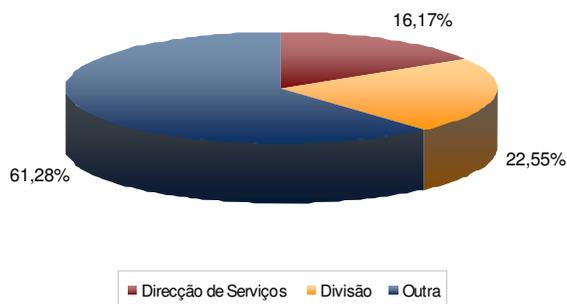


Gráfico 5 – Nível da unidade de formação dos serviços

Dos serviços e organismos com unidades de formação, apenas 37,02% ministram formação para o exterior (Gráfico 6).

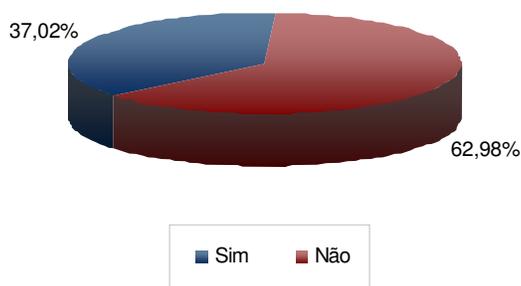


Gráfico 6 - Unidades de formação que ministram formação para o Exterior

3.2 Caracterização dos serviços com planos de formação

Sobre a caracterização dos serviços com plano de formação, constata-se que os sectores de maior dimensão, a ADIE e a Administração Local, registam percentagens médias de, respectivamente, 44,95% e 25,58%, de serviços dotados com planos de formação ou de frequência de acções de formação (Gráfico 7).

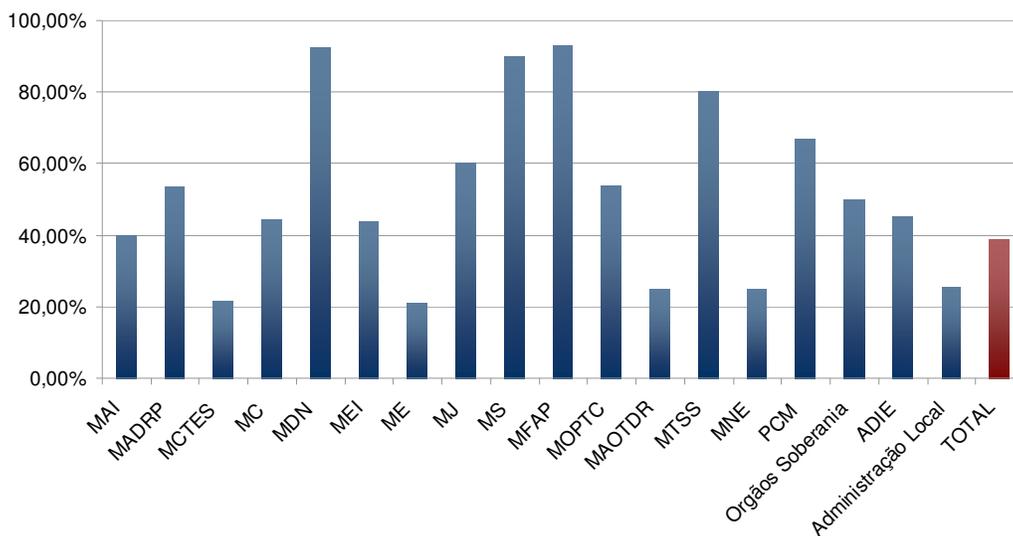


Gráfico 7 - Serviços com planos de formação

No conjunto da ADIE é de destacar os ministérios MTSS, MFAP, MS e MDN cujos serviços elaboram planos de formação numa percentagem igual ou superior a 80%.

Os Órgãos de Soberania, a PCM e os ministérios MOPTC, MJ, e MADRP integram serviços com planos de formação em percentagens de 50% a 66,6%. Os restantes 7 ministérios registam percentagens de serviços com planos de formação posicionadas entre 20,9% e 44,4%.

Em conclusão, 55% do total de serviços da ADIE e 73% do total de serviços da Administração Local continuam a não dar cumprimento à obrigatoriedade de elaboração de planos de formação ou de planos de frequência de acções de formação, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei nº. 50/98, de 11 de Março.

4. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA

4.1 Caracterização dos formandos

Dos 347.374 trabalhadores que constituem a amostra, 122.278 frequentaram formação durante o ano de 2007, o que corresponde a 35,20% dos trabalhadores.

a) Participação em formação por Ministério e sector de Administração

Registam as maiores taxas de participação em formação, o MFAP (82,62%) e o MTSS (52,53%), posicionando-se todos os outros ministérios, Órgãos de Soberania e outros sectores de Administração com taxas inferiores a 50% (Gráfico 8).

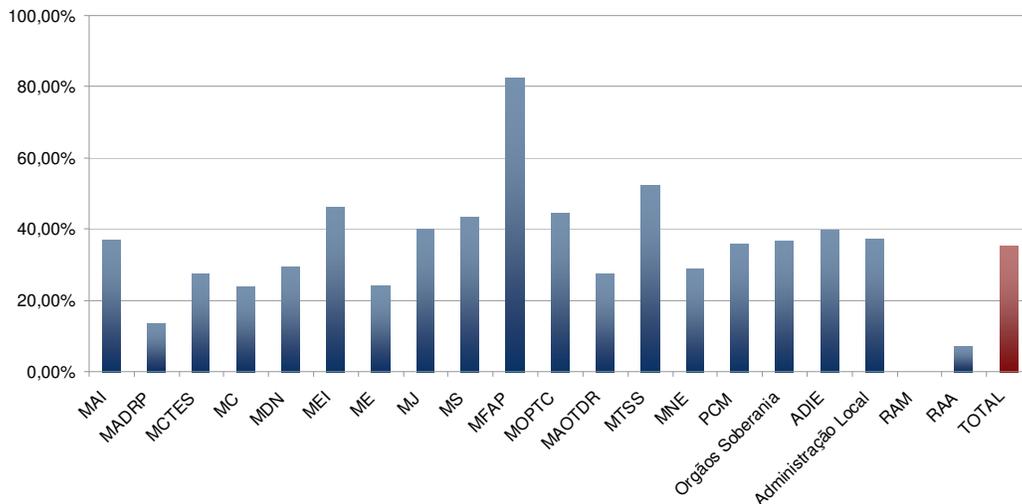


Gráfico 8 - Taxa de participação em formação por ministério e sector de Administração

b) Participação em formação por género e sector de Administração

Quanto à taxa de participação em formação por género, pode constatar-se que, no universo da amostra, essa participação é mais elevada nas mulheres com 37,62% do que nos homens com 32,78%, sendo a percentagem média geral de 35,20% (Gráfico 9).

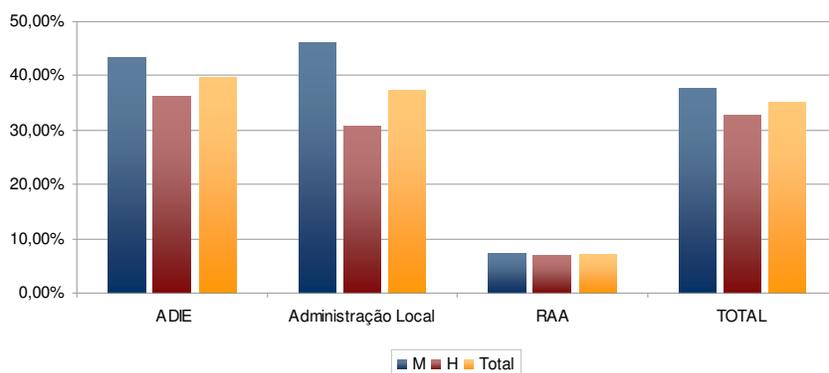


Gráfico 9 – Taxa de participação em formação por género e sector de Administração

Relativamente à ADIE e Administração Local, as taxas de participação de mulheres na formação são ligeiramente superiores, elevando-se acima dos 43%.

O desequilíbrio da taxa de participação das mulheres na Administração Local deve-se, em parte, à predominância das mulheres no desenvolvimento de actividades de maior qualificação, associadas a maiores necessidades de actualização profissional.

Quanto à Administração Regional dos Açores sublinham-se as reduzidas taxas de participação com uma percentagem média geral de 7,19%.

c) Participação em formação por género e ADIE

Apenas nos Órgãos de Soberania e no MDN se constata que a taxa de participação masculina é significativamente superior à taxa de participação feminina, registando os Ministérios MFAP, MOPTC e MEI uma taxa de participação masculina ligeiramente superior à taxa de participação das mulheres (Gráfico 10).

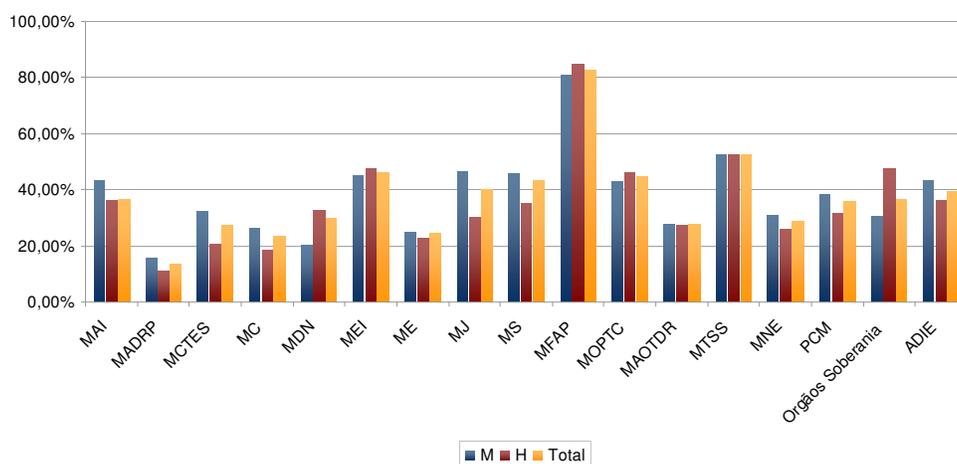


Gráfico 10 – Participação em formação por género e ADIE

No conjunto dos outros Ministérios releva-se que a taxa de participação em formação das mulheres é significativamente superior no MCTES e MJ relativamente à taxa de participação masculina, registando-se nos restantes ministérios um maior equilíbrio entre homens e mulheres.

O MFAP regista a taxa média de participação de homens e mulheres mais elevada, no valor de 82,6%, constando-se situação inversa relativamente ao MADRP com a taxa de 13,5%.

d) Participação em formação por grupo de pessoal

Na ADIE e Administração Local constata-se que os grupos de pessoal dirigente e técnico superior, com funções de maior complexidade e de maior exigência de actualização profissional, registam as taxas médias de participação em formação mais elevadas, superiores a 55%, registando o pessoal técnico uma taxa média de participação de 44,58% (Gráfico 11).

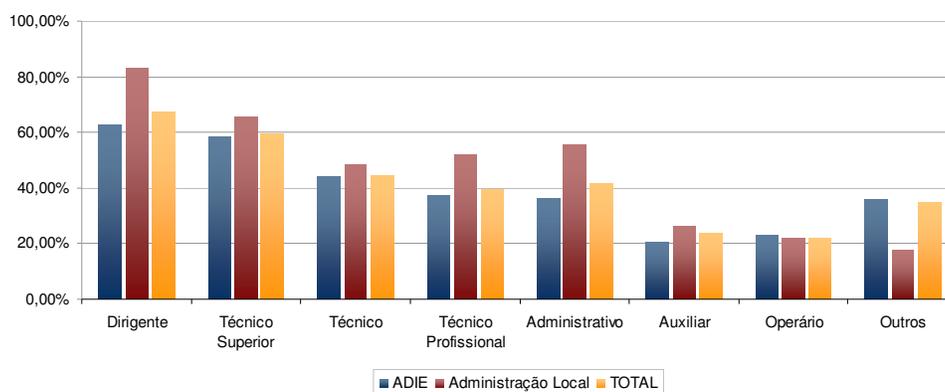


Gráfico 11 - Taxa de participação em formação por grupo de pessoal

Os grupos de pessoal técnico-profissional e administrativo registam taxas médias de participação inferiores a 45%, sendo no entanto, significativamente mais elevada na Administração Local, e os grupos de pessoal auxiliar e operário taxas médias de participação, inferiores a 25%.

e) Frequência de formação por grupo de pessoal /anos necessários

Tendo em conta esta taxa de participação, é possível calcular o número de anos mínimos necessários para que todos os trabalhadores frequentem formação, partindo das seguintes premissas teóricas:

a) a taxa de participação manter-se estável ao longo dos anos;

b) a existência de uma rotatividade absoluta, ou seja, nenhum trabalhador frequentar nova acção de formação sem que todos os outros já tenham frequentado alguma.

Sendo esta segunda premissa claramente inexecutável, os valores do Gráfico seguinte pecam necessariamente por defeito.

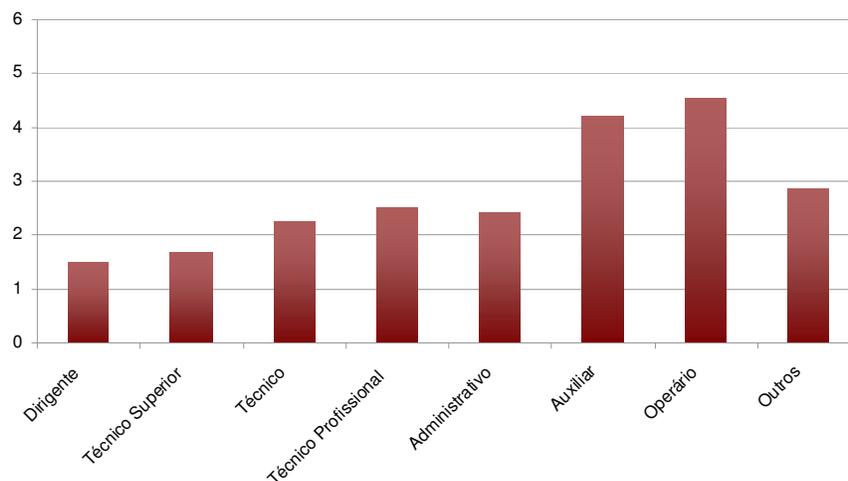


Gráfico 12 – Anos necessários para a frequência de formação por todos os trabalhadores, por grupo de pessoal

Face a esta simulação, são necessários, respectivamente, 4 anos e 2 meses e 4 anos e 5 meses para que todos os Auxiliares e Operários possam frequentar formação; em sentido oposto, é necessário, respectivamente, 1 ano e 4 meses e 1 ano e 6 meses, para que todos os dirigentes e técnicos superiores possam frequentar formação. No entanto, a referida impossibilidade da segunda premissa, torna plausível pensar que é possível que um dirigente ou um técnico superior possam estar mais de 2 anos sem frequentar qualquer acção de formação.

f) Horas de formação por trabalhador

Em 2007, constata-se que cada trabalhador frequentou, em média, 24,4 horas de formação (Gráfico 13).

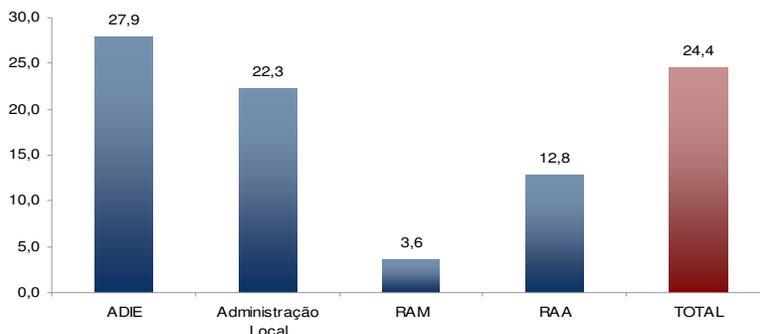


Gráfico 13 - Horas de formação por trabalhador

A ADIE destaca-se com 27,9 horas de formação por trabalhador, seguida da Administração Local com 22,3 horas, a RAA com 12,8 e a RAM com 3,6 horas.

g) Horas de formação por trabalhador na ADIE

A taxa média de frequência de formação atinge os valores mais elevados no MAI, com 55,8 horas por trabalhador e no MFAP, com 46,7 horas por trabalhador. Por outro lado, num conjunto significativo de ministérios, o volume de formação por trabalhador não atinge as 20 horas, com particular destaque para o MADRP com 7,1 horas e para o MC com 8,5 horas de formação por trabalhador (Gráfico 14).

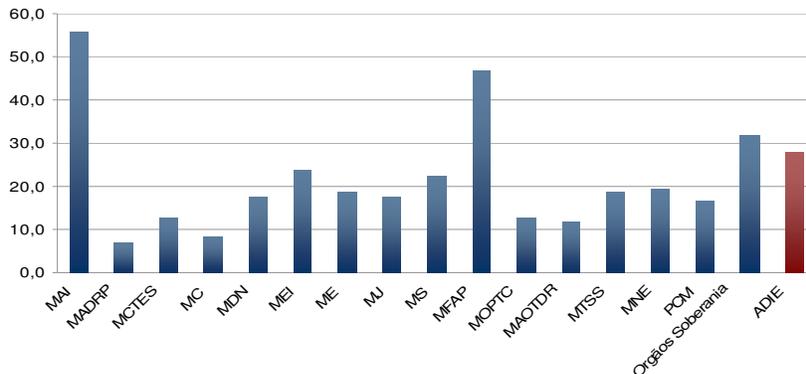


Gráfico 14 - Horas de formação por trabalhador/ministério

4.2 - Caracterização das acções de formação

4.2.1 Formação por áreas de formação, horas e encargos

No referente ao volume de formação⁵ constata-se que a Área de estudo Serviços de Segurança, que compreende a área de formação relativa à segurança de pessoas e bens, regista o maior volume de formação, ou seja, 32,68% (Gráfico 15).

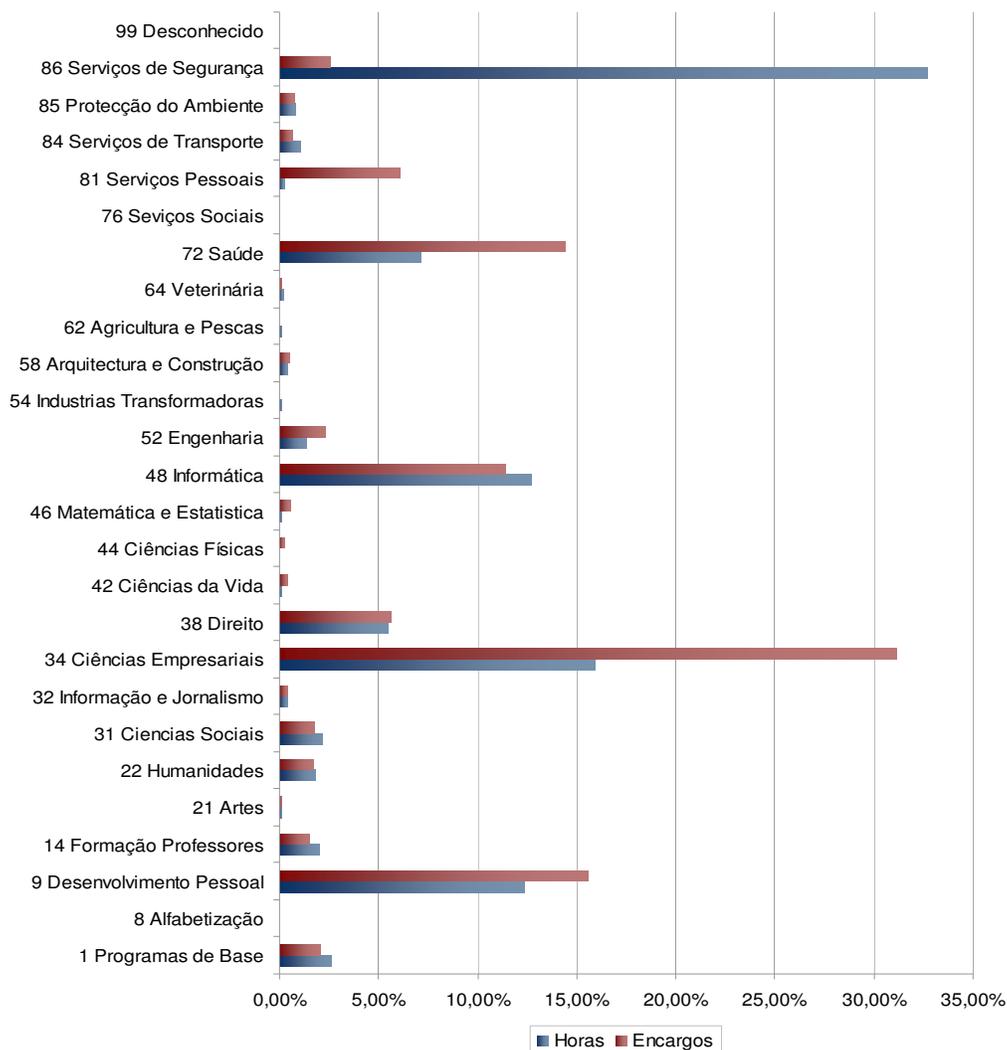


Gráfico 15 - Distribuição das horas e custos pelas áreas de formação⁶

⁵ Total de horas frequentadas nas acções de formação.

O volume de formação é calculado, multiplicando o número de formandos numa determinada acção pelo número de horas por formando dessa acção.

⁶ As áreas de Formação baseiam-se na CNAEF - Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

Seguem-se as Áreas de estudo – Ciências Empresariais, Informática e Desenvolvimento Pessoal, com percentagens entre 12,35% e 15,91% - que compreendem Áreas de formação relevantes para o funcionamento dos serviços, de apoio técnico e administrativo, transversais à generalidade dos serviços dos diferentes sectores de Administração do Estado, nomeadamente:

- Gestão e administração;
- Contabilidade e fiscalidade;
- Secretariado e trabalho administrativo;
- Informática na óptica do utilizador;
- Desenvolvimento de aptidões e atitudes comportamentais

Para além destas áreas é de sublinhar que, em 2007 e com vista à realização da Presidência Portuguesa da União Europeia, foi organizada pela Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, formação específica envolvendo trabalhadores dos diferentes Ministérios.

Segue-se a Área de estudo Saúde com a percentagem de 7,13%, no âmbito da qual se desenvolvem diversificadas actividades de natureza operativa e específicas do Ministério da Saúde e a Área do Direito com 5,47%, área operativa ou de apoio técnico transversal aos serviços.

Todas as outras áreas de estudo enquadram volumes de formação com taxas de formação aproximadas ou inferiores a 2%.

Quanto aos encargos com a formação⁷, verifica-se que o maior investimento em formação ocorre na área das Ciências Empresariais com 31,09%, seguida das áreas de Desenvolvimento Pessoal com 15,58%, da Saúde com 14,38% e da Informática com 11,44%.

⁷ Para efeitos de imputação de encargos financeiros às áreas de formação apenas foram considerados os custos directos com a formação.

Destaque ainda para as áreas de Serviços Pessoais com 6,09% e de Serviços de Segurança com um investimento de 2,52%.

No que concerne à relação entre volume e encargos com formação, é de realçar as áreas de Serviços Pessoais, da Saúde e das Ciências Empresariais, em que o volume de formação fica substancialmente aquém dos respectivos encargos, o que sugere que a formação nestas áreas pode ser tendencialmente mais onerosa do que nas outras.

Em sentido oposto, verifica-se que um volume de formação particularmente elevado, face aos respectivos encargos, nos Serviços de Segurança, que poderá dever-se aos elevados custos indirectos da formação no MAI, que quase monopoliza esta área de formação, os quais não se reflectem no cálculo deste indicador.

4.2.2 Formação por modalidade

a) Volume de formação por modalidade e sector de Administração

No conjunto da Administração Pública a distribuição da formação por modalidade continua a revelar uma elevada predominância da formação contínua, representando o valor médio geral 86,37% do total da formação ministrada (Gráfico 16).

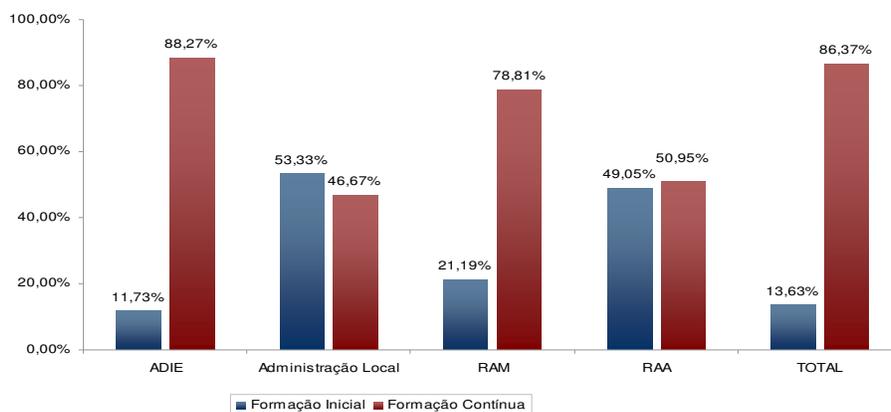


Gráfico 16 - Horas de formação por modalidade e sector de Administração

A ADIE regista valores que se aproximam da média geral, o que não acontece com a Administração Local em que a formação inicial predomina sobre a formação contínua.

Posicionam-se, claramente, fora deste contexto os valores das Regiões Autónomas, pelo seu carácter anómalo, uma vez que na RAA o registo da formação inicial é inexistente e na RAM a formação inicial e contínua têm um peso semelhante.

b) Volume de formação por modalidade e ADIE

Todos os Ministérios têm um volume de formação contínua superior a 70%, enquanto a formação inicial regista valores até 15%, exceptuando-se o MADRP e o MFAP com valores superiores a 20% (Gráfico 17).

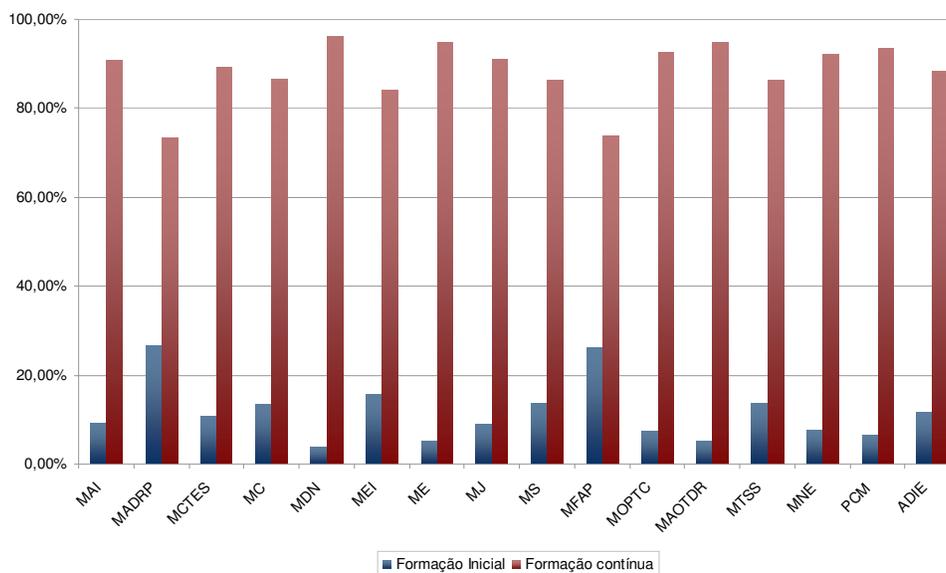


Gráfico 17 – Horas de formação por modalidade e ministério

4.2.3 Tipo de acções de formação /formação interna e externa

Quanto ao tipo de acção, a percentagem média geral da Administração Pública para a Formação Interna é de 76,99%, sendo a da Formação Externa de 23,01% (Gráfico 18).

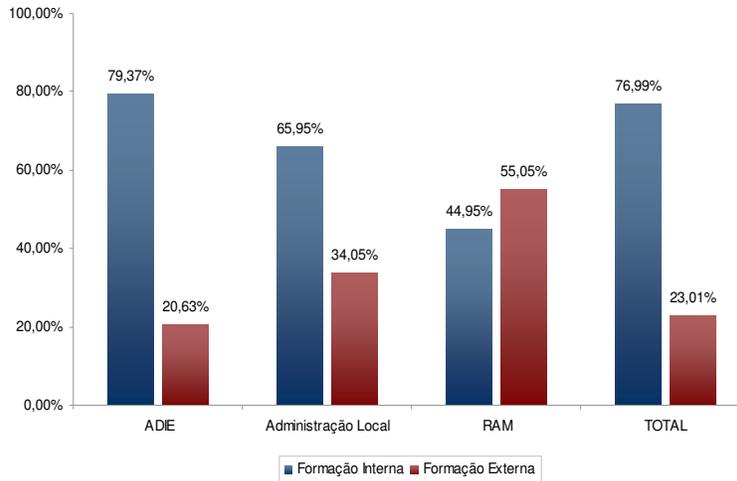


Gráfico 18 – Horas de formação por tipo de acção e sector de Administração

A ADIE e a Administração Local registam para a Formação Interna e Externa valores próximos da média geral, relativamente à RAM a Formação Externa com 55,05%, supera claramente a Formação Interna.

A RAA indicou que toda a formação ministrada, em 2007, se circunscreve a formação interna, valor questionável, quando o INA registou a participação de mais de 300 trabalhadores desta Região Autónoma nas suas acções de formação.

A distribuição discriminada do volume de formação interna e externa por Órgãos de Soberania e ADIE é muito diversificada, registando a Formação Externa a taxa média de 79,37% e a Formação Interna a taxa média de 20,63% (Gráfico 19).

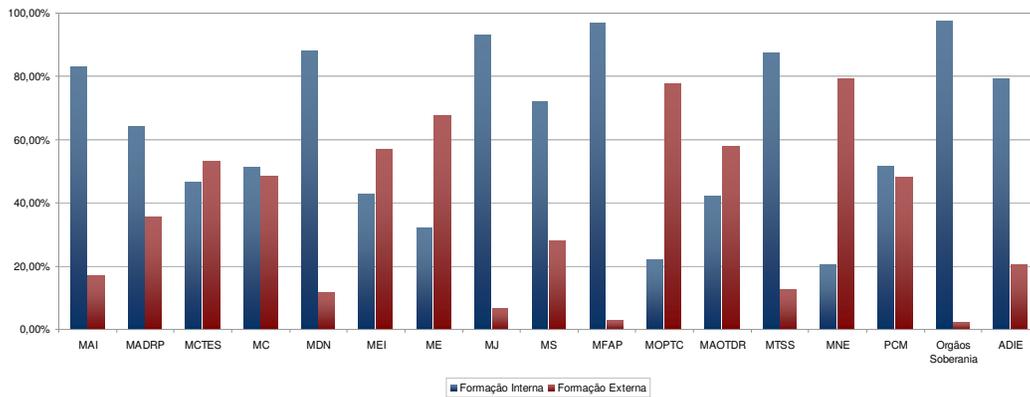


Gráfico 19 - Distribuição de horas por tipo de acção de formação e Órgãos de Soberania/ADIE

Registam acentuados desequilíbrios, face ao perfil médio, os Órgãos de Soberania, MFAP e MJ, com taxas de formação interna claramente acima dos 90%, e o MNE, o MAOTDR, o MOPTC, o ME, o MEI e o MCTES com um volume de formação externa superior ao da formação interna.

4.2.4 Tipo de horário da formação

a) Volume de formação por tipo de horário na AP

A formação em *horário laboral* atingiu uma percentagem média de 93,21%, sendo que os regimes *pós-laboral* e *misto* registam, em média, taxas muito reduzidas de 2,03% e 4,76%, respectivamente (Gráfico 20).

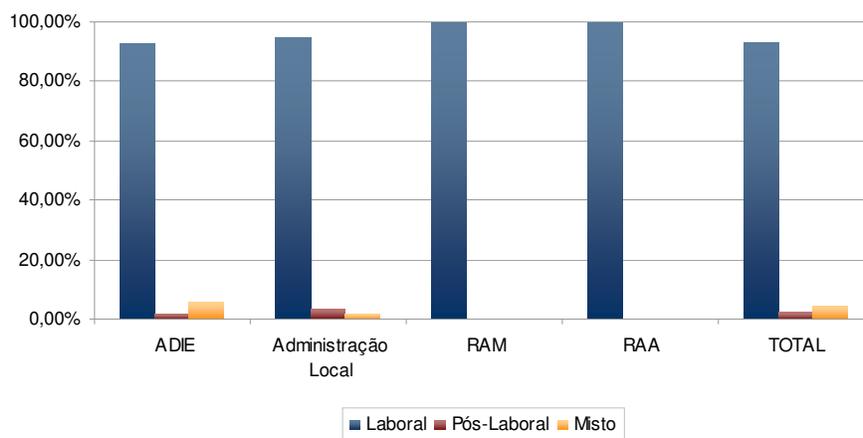


Gráfico 20 – Volume de formação por tipo de horário na Administração Pública

Na Administração Regional Autónoma verifica-se uma concentração de 100% na formação em regime laboral.

b) Volume de formação por tipo de horário na ADIE

A ADIE regista uma elevada taxa média de formação em *horário laboral* de 92,47%, com todos os Ministérios, à excepção dos Órgãos de Soberania, a evidenciar valores superiores a 80% (Gráfico 21).

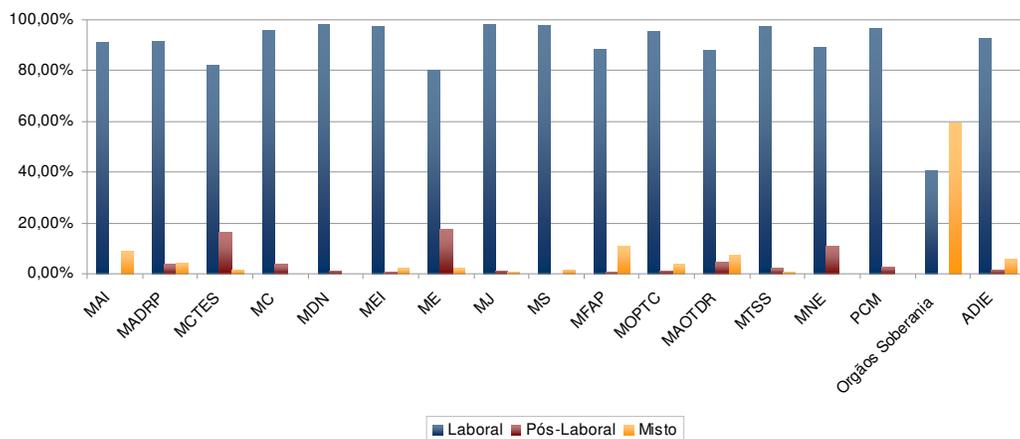


Gráfico 21 – Volume de formação por tipo de horário na ADIE

Quanto à formação em *horário pós-laboral* destaca-se o MCTES, o ME e o MNE, com taxas acima de 10%. Sobre a formação ministrada em *horário misto*, destacam-se os Órgãos de Soberania, com uma percentagem de formação de 59,40%, superior à laboral (40,60%), seguindo-se o MFAP, o MAI e o MAOTDR com percentagens significativas, entre os 7,17% e os 11,07%.

4.2.5 Regime de formação

A formação em *regime presencial* é ministrada na Administração Pública em percentagem significativamente elevada de 93,78%, seguida da formação no *posto de trabalho* com uma taxa de 4,58%, a qual se deve maioritariamente ao elevado recurso do MJ a este regime, representado 44,61% do total da formação neste ministério (Gráfico 22).

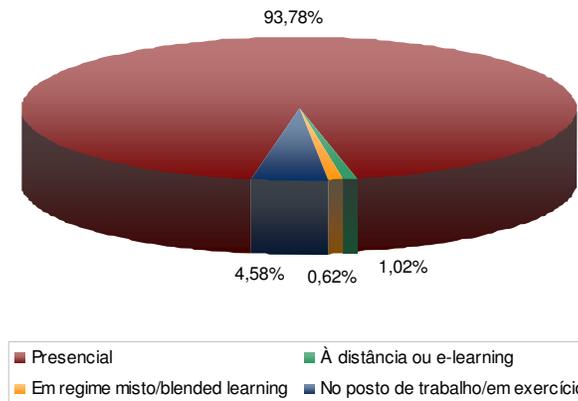


Gráfico 22 – Volume de formação por Regime na Administração Pública

Os regimes *misto/blended learning* e *à distancia ou e-learning* continuam a ter uma representação residual no quadro da administração pública.

4.2.6 Entidades formadoras

Ao analisarmos a distribuição das acções pelas entidades formadoras, pode verificar-se que a grande maioria da formação é ministrada pelo próprio serviço 64,37%, seguindo-se a formação dada por outras entidades com 16,09%. Já as restantes apresentam valores pouco significativos com valores claramente inferiores a 10% (Gráfico 23).

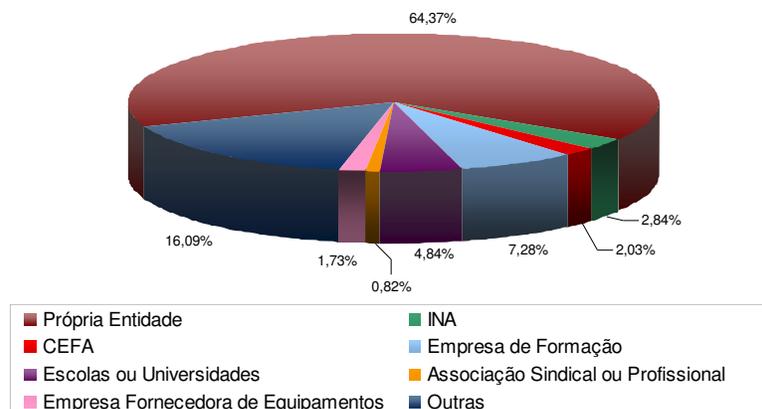


Gráfico 23 – Volume global de formação por entidade formadora

De acordo com o gráfico seguinte pode concluir-se que, os diferentes sectores da administração pública recorreram maioritariamente à própria entidade para ministrarem formação (64,37%). No entanto, a Administração Local recorre significativamente menos à organização da formação pela própria entidade, contrabalançado por um maior recurso ao CEFA e a Empresas de formação (Gráfico 24).

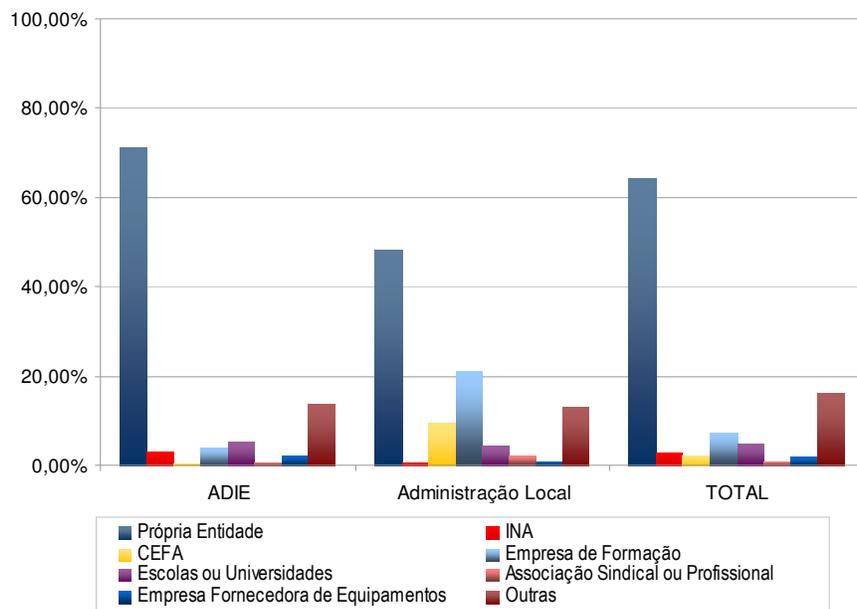


Gráfico 24 – Volume de formação por Entidade formadora na Administração Pública

5. INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

5.1 Estrutura de custos da formação na Administração Pública

Os organismos da amostra investiram em formação no ano de 2007 125.162.127,38€, sendo que 40,98% correspondem a custos directos⁸ e 59,02% a custos indirectos⁹ (Gráfico 25).

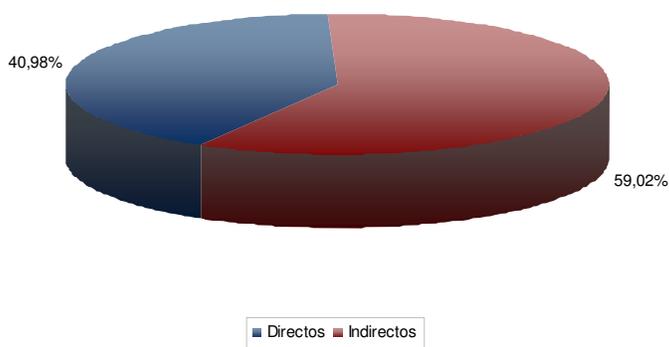


Gráfico 25 – Estrutura de custos da formação na Administração Pública

O *investimento médio em formação por trabalhador* na Administração Pública, atingiu os 358,23€, o que correspondeu a 517,51€ na ADIE e a 58,61€ na Administração Local (Gráfico 26).

⁸ Englobam, nomeadamente, o pagamento a formadores, aluguer de espaço e de equipamento e/ou instrumento de trabalho, inscrição em acções de formação e ajudas de custo dos formandos.

⁹ Englobam, nomeadamente, as despesas com funcionários adstritos total ou parcialmente à formação, com consumíveis e instalações, custo/salário do trabalhador durante o período de frequência da acção de formação e ainda com telecomunicações e outras imputáveis à formação.

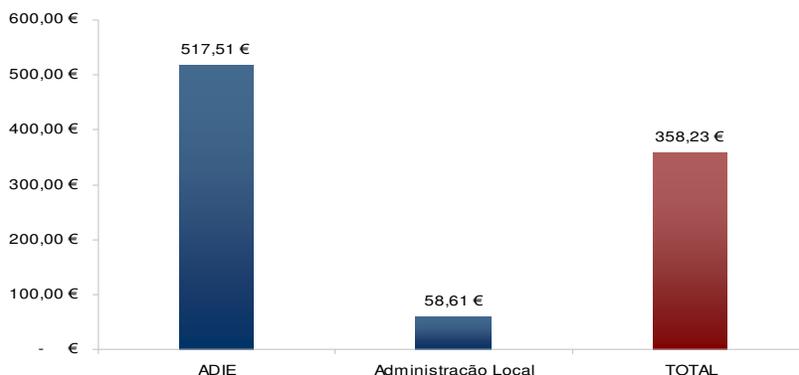


Gráfico 26 – Investimento em formação por trabalhador na Administração Pública

Esta grande diferença é parcialmente explicada pelo facto das entidades da Administração Local efectuarem uma imputação significativamente inferior de custos indirectos à formação.

Efectivamente o que aparenta ser um elevado investimento em formação na ADIE está em grande medida inflacionado pelos custos indirectos de um único serviço, o MDN/Ramo Exército que representam, só por si, mais de ¼ do investimento total em formação de todos os serviços da amostra.

Quanto à distribuição do *investimento em formação, na ADIE*, verifica-se uma grande divergência entre ministérios. Na realidade o MDN destaca-se com um investimento médio superior a 2000 €, seguido do MAI, com 767,61€ e o MFAP, com 633,50€ por trabalhador (Gráfico 27).

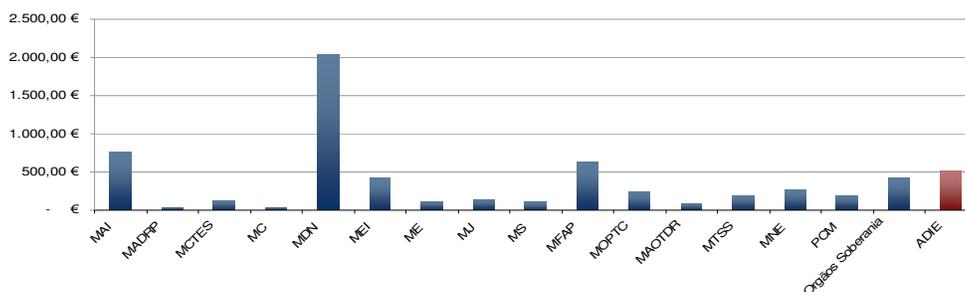


Gráfico 27 – Investimento em formação por trabalhador na ADIE

Em sentido oposto, no MADRP e no MC, o investimento em formação por trabalhador resumiu-se respectivamente a 32,34€ e 41,00€.

Quanto ao *peso da formação nos orçamentos dos serviços*, verifica-se que este representa, 2,06% do total de encargos com pessoal e 0,64% do orçamento dos serviços. Estes valores são significativamente mais baixos na Administração Local, representando apenas 0,37% dos encargos com pessoal e 0,02% do orçamento dos serviços (Gráfico 28).

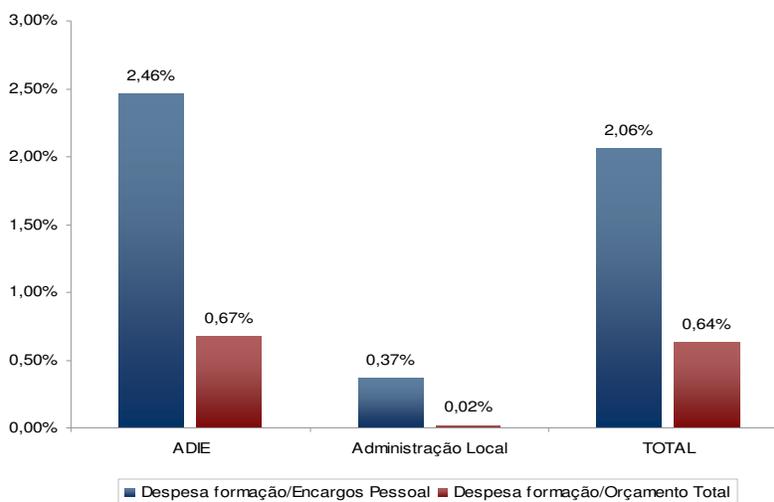


Gráfico 28 – Despesas com formação face aos encargos com pessoal e ao orçamento dos serviços na Administração Pública

Relativamente à ADIE sublinha-se que, em 2007 e considerando a realização da Presidência Portuguesa da União Europeia, os valores dos encargos com pessoal e dos orçamentos dos serviços foram reforçados.

No âmbito da ADIE, verifica-se uma grande consistência entre ministérios, com excepção do MAI, MFAP e em particular do MDN, em que as despesas com formação atingem valores significativamente elevados face aos encargos com pessoal e ao orçamento dos serviços (Gráfico 29).

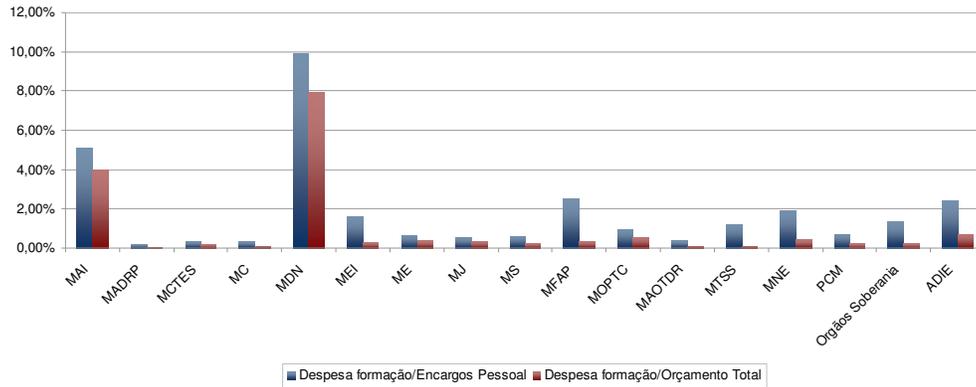


Gráfico 29 – Despesas com formação face aos encargos com pessoal e ao orçamento dos serviços na Administração Pública

5.2 Fontes de financiamento

Como se pode verificar pela leitura do Gráfico 30, a principal fonte de financiamento da formação foi o Orçamento de Estado, com 83,90% do total, seguido das receitas próprias com 10,24%. O financiamento comunitário representou 5,86% do total.

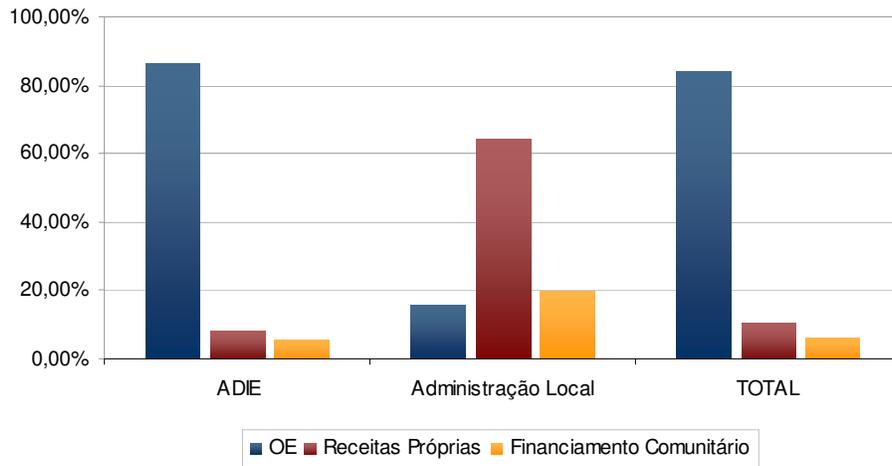


Gráfico 30 – Fontes de Financiamento na Administração Pública

Enquanto as fontes de financiamento seguem, na ADIE, um perfil semelhante ao total, na Administração Local constata-se que quer as receitas próprias, com

64,35%, quer o financiamento comunitário, com 19,87%, assumem um peso significativamente maior, em detrimento do Orçamento de Estado que representa apenas 15,78% das fontes de financiamento.

No que diz respeito aos diferentes ministérios são observáveis políticas de financiamento da formação muito distintas (Gráfico 31).

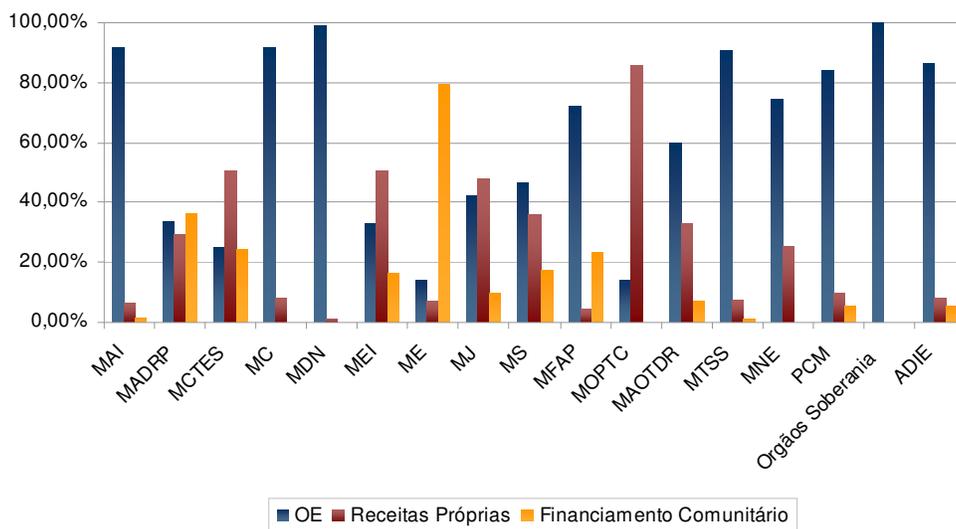


Gráfico 31 – Fontes de Financiamento na ADIE

No MAI, MC, MDN e nos Órgãos de Soberania o financiamento da formação assenta, todo ou quase todo, no Orçamento de Estado.

O MCTES, o MEI, o MJ e o MOPTC têm as receitas próprias como principal fonte de financiamento.

O MADRP e o ME, revelam um grande aproveitamento dos fundos comunitários, tendo aqui a principal fonte de financiamento da sua formação.

6. Execução do plano de formação

Quanto à execução do plano de formação, verifica-se um grau de cumprimento das acções, dos formandos e dos custos planeados claramente superior a 80%, valor esse que varia entre 81,15% dos custos e 98,85% dos formandos planeados na Administração Local (Gráfico 32).

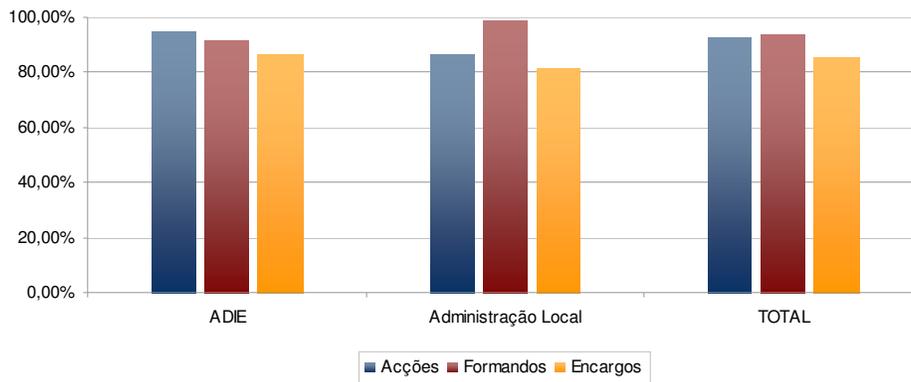


Gráfico 32 – Execução do plano de formação na AP

No entanto, numa análise da ADIE verificam-se discrepâncias significativas, nos graus de execução dos planos de formação, entre ministérios (Gráfico 33).

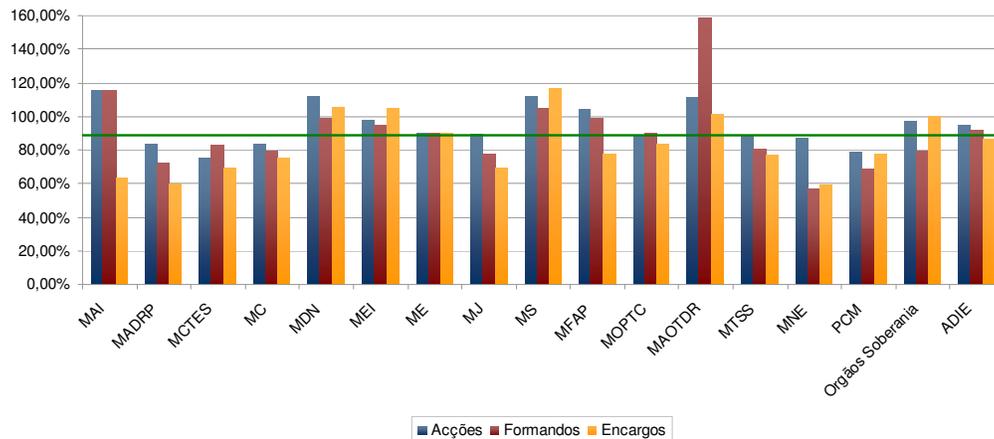


Gráfico 33 – Execução do plano de formação na ADIE

Assim, no MAI, no MDN, no MS e no MAOTDR encontram-se graus de execução claramente superiores a 100%, com particular destaque para o número de formandos face ao previsto no MAOTDR.

No MADRP, no MCTES, no MJ e no MNE encontramos níveis de execução tendencialmente baixos, em que alguns indicadores assumem valores inferiores a 70%.

No MAI e no MAOTDR verifica-se que os objectivos previstos em termos de número de acções e dos formandos foram atingidos ou superados, com clara contenção da despesa, uma vez que a execução do plano de encargos ficou significativamente aquém da execução dos planos de acções e de formandos.

7. Formação em regime de Autoformação

A Autoformação corresponde à formação de iniciativa do trabalhador, financiada pelo próprio, de acordo com o disposto no artigo 24º do Decreto-Lei nº 50/98, de 11 de Março.

Quanto à participação dos trabalhadores, verifica-se que mais de 2/3 dos serviços não reportam qualquer participação em acções ao abrigo do regime de autoformação (Gráfico 34).

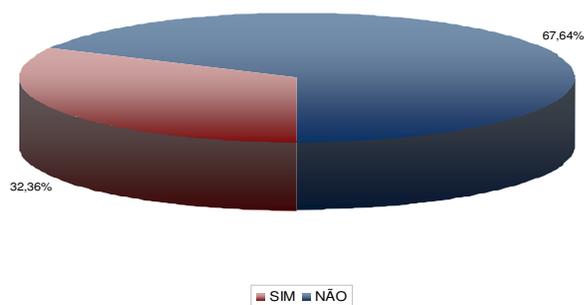


Gráfico 34 – Participação dos trabalhadores em formação em regime de autoformação

A ADIE regista valores ligeiramente superiores à Administração Local, estando ambos em consonância com os resultados globais. Numa análise da ADIE, pode-se constatar que existe uma discrepância significativa entre o MS, e o MNE, únicos a igualar ou superar os 50% e o MEI com 12,50% ou os Órgãos de Soberania com 0% (Gráfico 35).

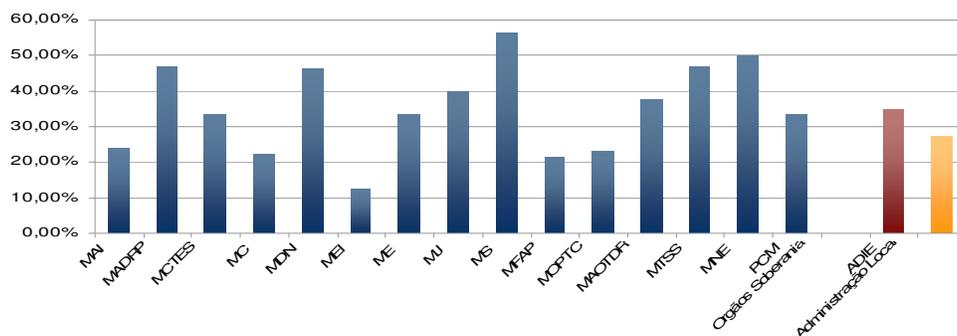


Gráfico 35 – Participação dos trabalhadores em formação em regime de autoformação por ministério e sector de Administração

Apenas 2,70% dos trabalhadores frequentaram acções ao abrigo do regime de autoformação (Gráfico 36).

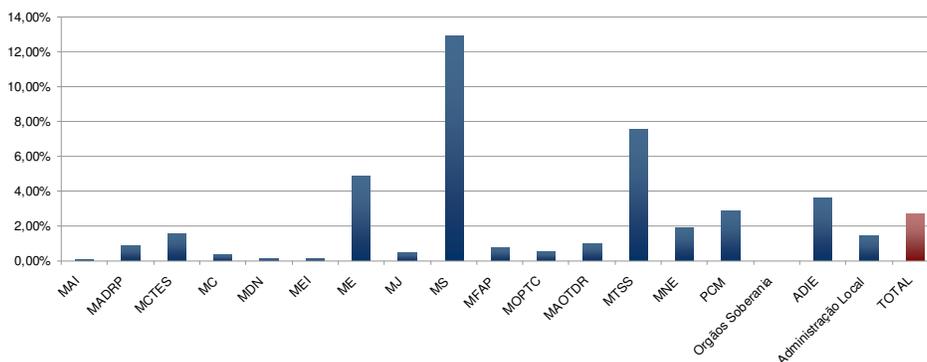


Gráfico 36 – Taxa de participação em acções de formação em regime de autoformação

Na Administração Local este valor situa-se nos 1,45% e na ADIE corresponde a 3,57% dos trabalhadores.

A reduzida participação de trabalhadores em formação ao abrigo deste regime apenas é ligeiramente contrabalançado pelo MS, único em que a taxa de participação supera os 10%, um valor ainda assim aquém do desejável.

Quanto à distribuição por grupo profissional, destaca-se o grupo Técnico Superior com 5,93% e em sentido oposto, o Técnico Profissional, o Auxiliar e o Operário registam valores residuais de participação em autoformação (Gráfico 37).

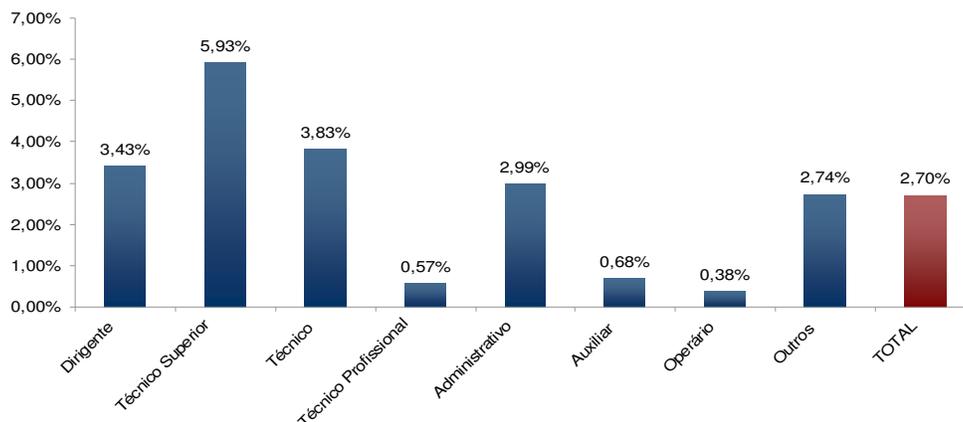


Gráfico 37 – Participação em acções de formação em regime de autoformação por grupo de pessoal

Numa análise por género, é de realçar que a taxa de participação das mulheres, com 3,93% corresponde a mais de metade dos homens (Gráfico 38).

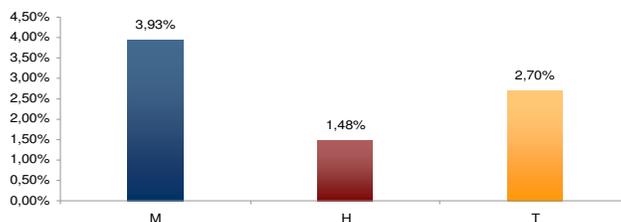


Gráfico 38 – Participação em acções de formação em regime de autoformação, por género

Todos os dados referentes à autoformação indiciam que esta é uma área com grandes lacunas e, atendendo à relevância que esta modalidade pode ter na qualificação dos recursos humanos da Administração Pública, exige maior investimento, quer na promoção da mesma, quer no respectivo acompanhamento.

8. ORGANISMOS CENTRAIS DE FORMAÇÃO

O Instituto Nacional de Administração, I.P. (INA, I.P.) e o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), na qualidade de organismos centrais de formação, desenvolveram em 2007, 943 acções de formação, com um total de 25.161 participações, correspondendo ao volume de 807.531 horas e ao investimento no valor de 9.115.977,73 €.

O INA, I.P. desenvolveu 620 acções de formação, que envolveram 16.527 participações, com o volume de formação de 563.710 horas e com o investimento de 7.212.295,00 €.

O CEFA desenvolveu 323 acções de formação, que envolveram 8.634 participações, com o volume de formação de 243.821 horas e o investimento de 1.903.682,73 €.

8.1 Caracterização dos participantes em formação

a) Participação em formação por grupo de pessoal

Do total de 16.527 participações em acções de formação, o INA informou que a distribuição estimada por grupos de pessoal é a seguinte: Dirigente – 3.500, Técnico Superior e Técnico – 10.000, Administrativo e Outros - 3.000.

No INA verifica-se que as taxas mais elevadas de participação em formação ocorrem nos grupos de pessoal técnico superior e técnico, seguido do pessoal dirigente.

De forma idêntica o CEFA regista as taxas de participação mais elevadas, nos grupos de pessoal Técnico Superior e Técnico com 2904 participações (33,63%), Dirigente com 1590 participações (18,42%), Técnico Profissional com 899 (10,41%), e o Auxiliar com 721 (8,35%).

a) Participação em formação por género¹⁰

No INA e CEFA a participação das mulheres em acções de formação é claramente superior à dos homens, respectivamente, de 69,03% e 55,25% (Gráfico 39).

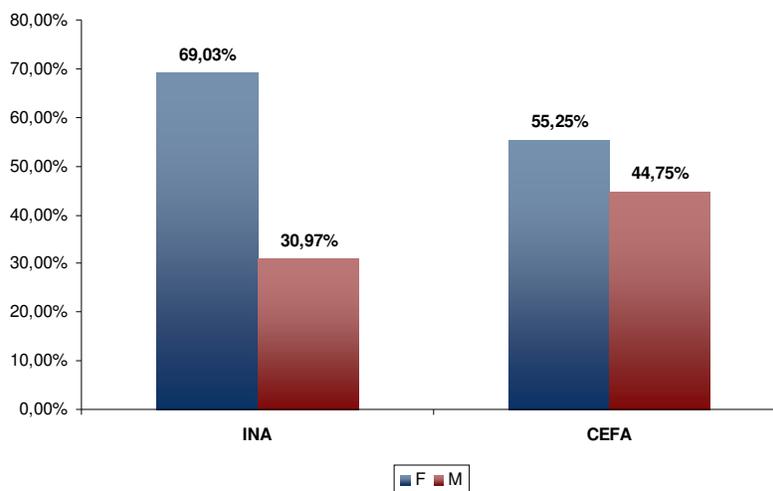


Gráfico 39 – Taxa de participação em formação por género e organismo central de formação

8.2 Caracterização da formação por entidades

A entidade para a qual o INA, I.P. desenvolveu mais formação foi a Administração Local com uma taxa de 13,13%, logo seguida da Região Autónoma da Madeira (12,41%) (Gráfico 40).

¹⁰ Para este efeito a informação disponibilizada pelo INA, I.P., reporta a uma amostra de 7.783 participações no total de 16.527.

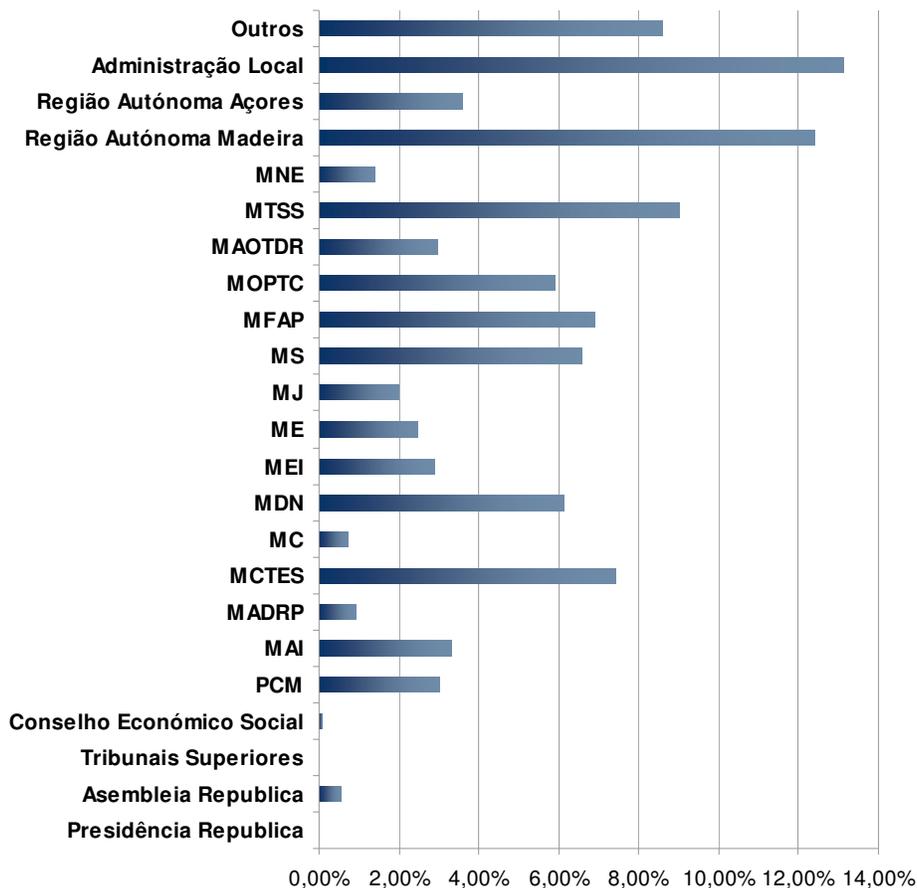


Gráfico 40 – Distribuição da formação do INA, I.P. por entidades

Assim a Administração Local e as Administrações Regionais representam mais de $\frac{1}{4}$ da formação administrada.

Quanto à formação direccionada registam-se diferenciações significativas, que variam de 0,71% no MC até aos 9% do MTSS.

Constata-se que elevada percentagem de formação desenvolvida pelo CEFA, teve como destinatários as Autarquias com 86,80% e as Associações de Municípios e Outras entidades com 13,20% (Gráfico 41).

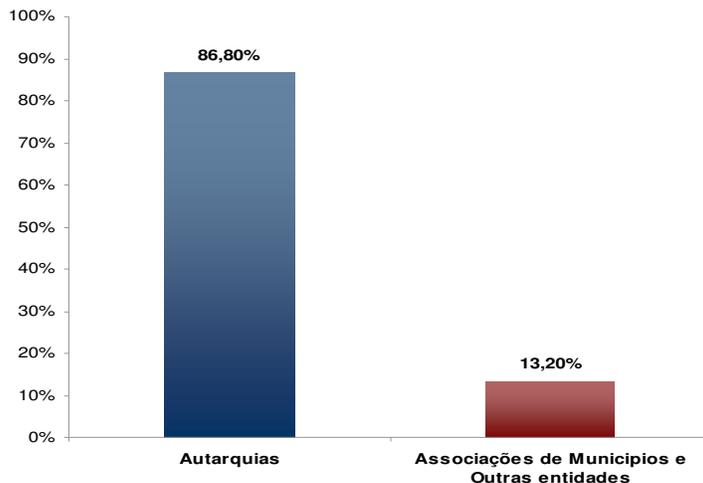


Gráfico 41 – Distribuição da formação do CEFA por entidades

8.3 Caracterização da formação desenvolvida

8.3.1 Formação específica para alta direcção

No âmbito da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei 51/2005, de 30 de Agosto, foram atribuídas competências ao INA, I.P. para ministrar formação específica aos titulares de cargos de direcção superior ou intermédia.

Nestes termos, segundo os dados facultados pelo INA, foram ministrados 23 cursos de alta direcção, sendo 16 FORGEP (76,03%), 4 CAGEP (13,90%) e 3 CADAP (11,07%), que envolveram 741 participações (Gráfico 42).

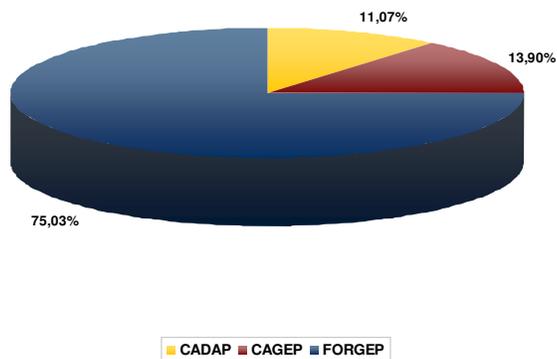


Gráfico 42 – Distribuição das participações por cursos de alta direcção

Acrescidamente aos 23 cursos referidos foram ministrados 6 seminários, de introdução ao CADAP e referentes ao impacto da formação, em que participaram 635 dirigentes.

8.3.2 Distribuição das horas e custos pelas áreas de formação

Sobre o volume da formação, constata-se que a área de estudo de Ciências Empresariais que compreende a área de formação de Gestão e Administração, registam as maiores percentagens de participação em formação, no INA, I.P., com 69,47% e no CEFA com 32,63% (Gráfico 43).

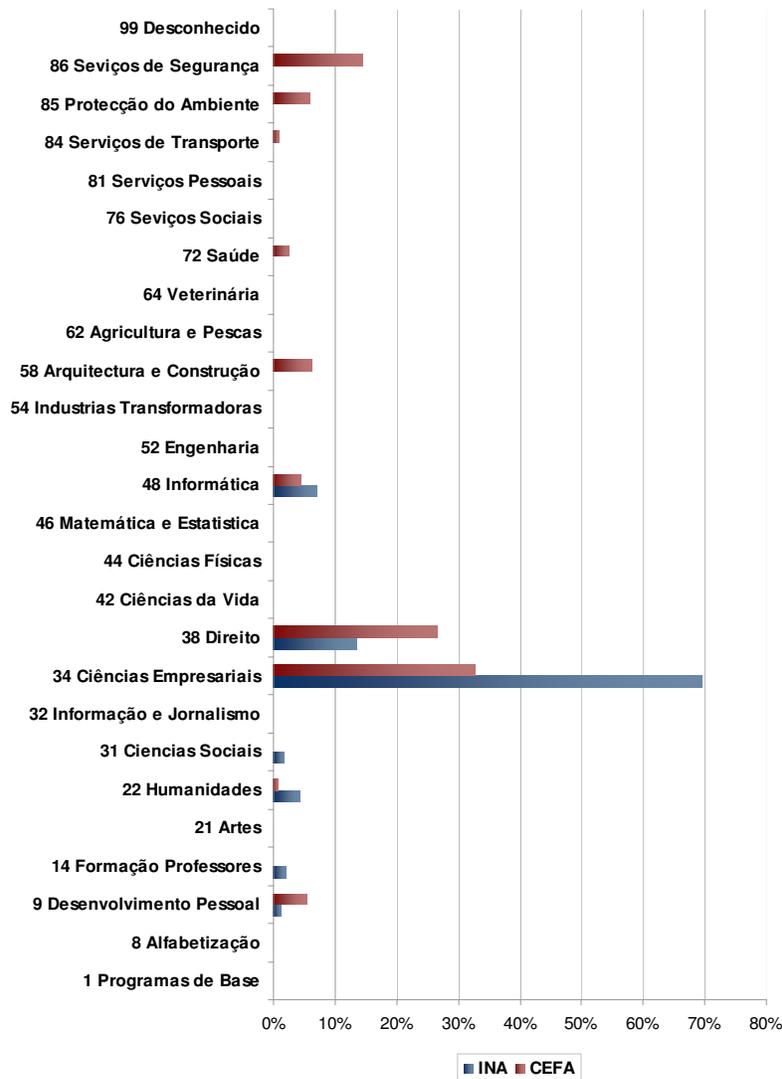


Gráfico 43 – Distribuição das horas e custos pelas áreas de formação e organismo central de formação

No CEFA assinala-se, igualmente, uma elevada percentagem de participações em formação na área do Direito (26,61%), logo seguida da área de Serviços de Segurança (14,56%).

As restantes áreas assinalam volumes de formação mais reduzidos com percentagens inferiores a 7%.

8.3.3 Distribuição das horas de formação por modalidade

A formação contínua é a modalidade que regista maiores volumes de formação, no INA, I.P. com 88,14% e no CEFA, com 63,21% (Gráfico 44).

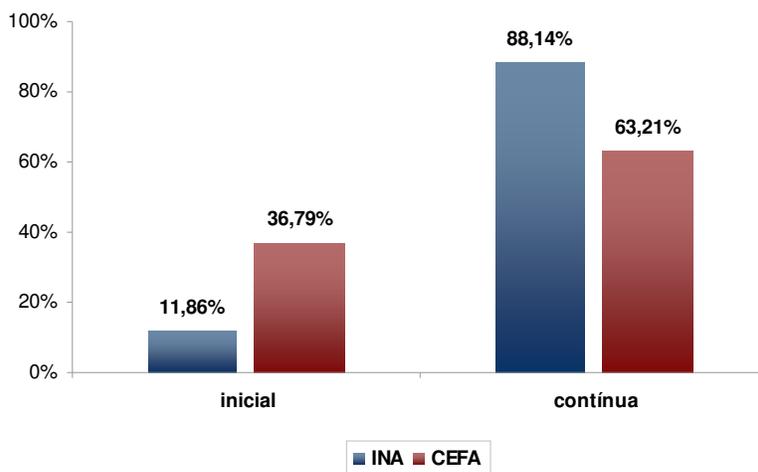


Gráfico 44 – Horas de formação por modalidade e Órgão Central de Formação

Em relação à formação inicial o CEFA regista, mesmo assim, uma taxa significativamente elevada de 36,79%.

8.3.4 Volume de formação por tipo de horário

O CEFA e o INA, I.P. registaram a maior concentração de volume da formação em horário laboral atingindo, respectivamente 100% e 98% (Gráfico 45).

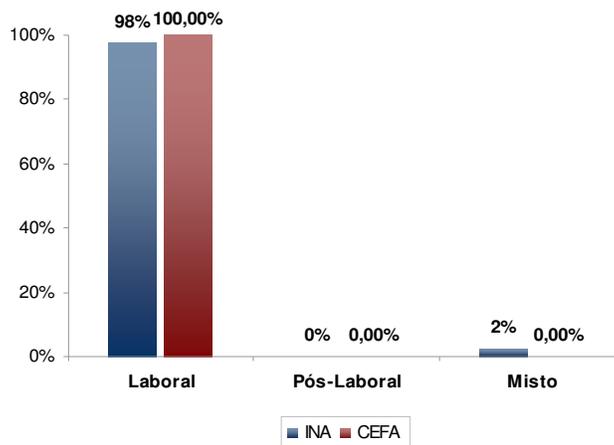


Gráfico 45 – Volume de formação por tipo de horário e organismo central de formação

A formação ministrada em regime misto teve uma reduzida expressão no INA com 2%.

8.3.5 Regime de formação

A formação em regime presencial ministrada pelos organismos centrais de formação, registou percentagens significativamente elevadas de 97%, em detrimento dos restantes regimes com valores residuais (Gráfico 46).

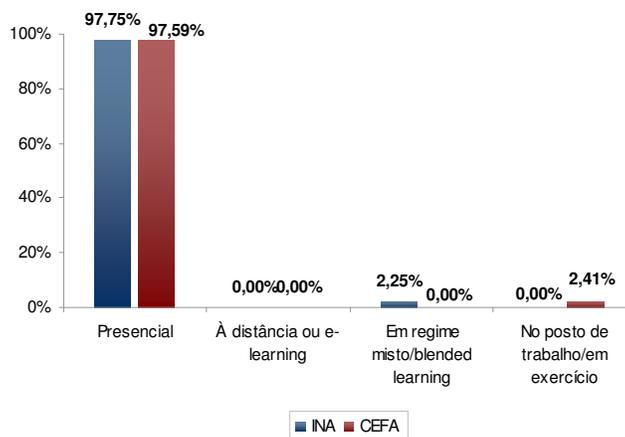


Gráfico 46 – Distribuição da formação por regime e organismo central de formação

Assumem reduzidas expressões, o regime de formação no posto de trabalho, no CEFA com 2,41% e o misto/blended learning no INA com 2,25%.

8.3.6 Fontes de financiamento

No CEFA, mais de metade da formação foi realizada por recurso ao financiamento comunitário com uma taxa de 55,03% seguindo-se as receitas próprias (23,23%) e o Orçamento do Estado (21,74%) (Gráfico 47).

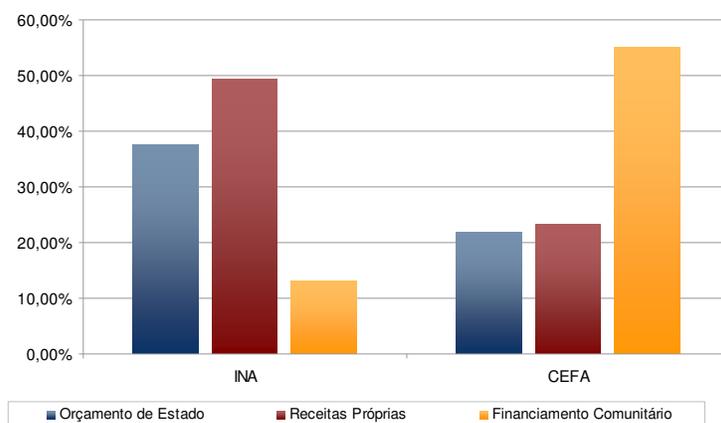


Gráfico 47 – Fontes de financiamento por organismo central de formação

No INA, a principal fonte de financiamento foram as receitas próprias com 49,42%, seguida do Orçamento do Estado (37,52%) e financiamento comunitário (13,06%).

ANEXOS

ANEXO I

Formulários do Relatório de Formação – Geral, INA e CEFA

RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2007

Identificação do Serviço

Ministério _____

Serviço _____

Morada _____

Código Postal _____

Caracterização do Serviço _____

Número de trabalhadores do serviço por grupo de pessoal e sexo

		Grupo de Pessoal								
		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Outros	Total
Total de Trabalhadores	F									
	M									
	T									

Na orgânica do serviço existe uma unidade para a área da formação? _____

A que nível? _____

Encargos com a formação

Despesas Anuais com formação	
Custos Directos	
Custos Indirectos	
Total	

Fontes de Financiamento	
Orçamento de Estado	
Receitas Próprias	
Financiamento Comunitário	
Total	

Encargos totais com pessoal em 2007

Orçamento executado do serviço em 2007

Indicadores de execução do Plano de Formação

$\frac{\text{N}^\circ \text{ de acções realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ total de acções previstas}}$	X	100	
$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de formandos}}{\text{N}^\circ \text{ total de formandos previstos}}$	X	100	
$\frac{\text{Custos efectivos em formação}}{\text{Custos estimados para formação}}$	X	100	

Número de trabalhadores do serviço que participaram em acções de formação profissional, por grupo de pessoal e sexo ao abrigo do regime de autoformação

		Grupo de Pessoal								
		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Outros	Total
Total de Trabalhadores	F									
	M									
	T									

Contacto para esclarecimentos sobre o preenchimento do Relatório

Nome			
Telefone		e-mail	

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

Agradecemos o envio deste ficheiro para form.profissional@dgaep.gov.pt

Qualquer esclarecimento pode ser solicitado através do mesmo e-mail ou telefonicamente para
 Baltazar Lopes - 213 915 376 ou Manuela Monteiro - 213 915 385

Nuno

Encargos com a formação

Despesas Anuais com formação

Fontes de Financiamento

Orçamento de Estado

Receitas Próprias

Financiamento Comunitário

Total

Encargos com a formação

Despesas Anuais com formação

--

Fontes de Financiamento

Orçamento de Estado	
Receitas Próprias	
Financiamento Comunitário	
Total	

ANEXO II

**Listagem dos serviços que
disponibilizaram dados sobre
formação**

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Administração Local	
Administração Local	Camara Municipal Barreiro
Administração Local	Câmara Municipal da Covilhã
Administração Local	Câmara Municipal da Lousã
Administração Local	Câmara Municipal da Maia
Administração Local	Câmara Municipal da Praia da Vitória
Administração Local	Câmara Municipal da Trofa
Administração Local	Câmara Municipal das Lajes das Flores
Administração Local	CAMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ
Administração Local	Câmara Municipal de Aljustrel
Administração Local	Câmara Municipal de Almada
Administração Local	Câmara Municipal de Alpiarça
Administração Local	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Administração Local	Câmara Municipal de Armamar
Administração Local	Câmara Municipal de Azambuja
Administração Local	Câmara Municipal de Bragança
Administração Local	Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto
Administração Local	Câmara Municipal de Câmara de Lobos
Administração Local	Câmara Municipal de Carregal do Sal
Administração Local	Câmara Municipal de Castelo Branco
Administração Local	Câmara Municipal de Castelo de Paiva
Administração Local	Câmara Municipal de Castelo de Vide
Administração Local	Câmara Municipal de Celorico da Beira
Administração Local	Câmara Municipal de Entroncamento
Administração Local	Câmara Municipal de Esposende
Administração Local	Câmara Municipal de Faro
Administração Local	Câmara Municipal de Felgueiras
Administração Local	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
Administração Local	Câmara Municipal de Guimaráes
Administração Local	Câmara Municipal de Lagoa - Açores
Administração Local	Câmara Municipal de Lagos
Administração Local	CAMARA MUNICIPAL DE LAMEGO
Administração Local	Câmara Municipal de Leiria
Administração Local	Câmara Municipal de Lisboa
Administração Local	Câmara Municipal de Loulé
Administração Local	Câmara Municipal de Loures
Administração Local	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Administração Local	Câmara Municipal de Mafra
Administração Local	Câmara Municipal de Mangualde
Administração Local	Câmara Municipal de Moimenta da Beira
Administração Local	Câmara Municipal de Monforte
Administração Local	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
Administração Local	Câmara Municipal de Moura
Administração Local	CAMARA MUNICIPAL DE NISA
Administração Local	Câmara Municipal de Nordeste
Administração Local	Câmara Municipal de Oeiras
Administração Local	Câmara Municipal de Ourique
Administração Local	Câmara Municipal de Ponta Delgada
Administração Local	Câmara Municipal de Portalegre
Administração Local	Câmara Municipal de Pronega-a-Nova
Administração Local	CAMARA MUNICIPAL DE REDONDO
Administração Local	Câmara Municipal de Rio Maior
Administração Local	Câmara Municipal de Sabrosa
Administração Local	Câmara Municipal de Sabugal
Administração Local	Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Administração Local	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
Administração Local	Câmara Municipal de São Roque do Pico
Administração Local	Câmara Municipal de Sertã
Administração Local	Câmara Municipal de Sesimbra
Administração Local	CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
Administração Local	Câmara Municipal de Sines
Administração Local	Câmara Municipal de Tarouca
Administração Local	CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR
Administração Local	CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS
Administração Local	Câmara Municipal de Vendas Novas
Administração Local	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Administração Local	Câmara Municipal de Vila Flor
Administração Local	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
Administração Local	CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
Administração Local	Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares
Administração Local	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Administração Local	Câmara Municipal de Vinhais
Administração Local	Câmara Municipal de Vizela
Administração Local	Câmara Municipal do Porto
Administração Local	Câmara Municipal do Seixal
Administração Local	Câmara Municipal Reguengos de Monsaraz
Administração Local	CM- Alfandega da Fé - SECÇÃO DE PESSOAL
Administração Local	Município da Amadora
Administração Local	Município da Golegã
Administração Local	Município da Lourinhã
Administração Local	Município da Murtosa
Administração Local	Município da Póvoa de Varzim
Administração Local	Município de Abrantes
Administração Local	Município de Albergaria-a-Velha
Administração Local	Município de Albufeira
Administração Local	Município de Alcácer do Sal
Administração Local	Município de Alcochete - Câmara Municipal
Administração Local	Município de Alcoutim
Administração Local	Município de Aljezur
Administração Local	Município de Almeirim
Administração Local	Município de Almodôvar
Administração Local	Município de Alvaiázere
Administração Local	Município de Alvito
Administração Local	Município de Arcos de Valdevez
Administração Local	Município de Arouca
Administração Local	MUNICÍPIO DE ARRAIÓLOS
Administração Local	Município de Barcelos
Administração Local	Município de Barrancos
Administração Local	Município de Boticas
Administração Local	MUNICÍPIO DE BRAGA
Administração Local	MUNICÍPIO DE CALHETA
Administração Local	Município de Calheta de São Jorge
Administração Local	Município de Cantanhede
Administração Local	MUNICÍPIO DE CHAVES
Administração Local	Município de Coimbra
Administração Local	Município de Coruche - Câmara Municipal
Administração Local	Município de Cuba - Câmara Municipal
Administração Local	Município de Fafe
Administração Local	Município de Ferreira do Zêzere
Administração Local	Município de Figueira de Castelo Rodrigo
Administração Local	Município de Figueiró dos Vinhos

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Administração Local	Município de Fornos de Algodres
Administração Local	Município de Fronteira
Administração Local	Município de Góis
Administração Local	MUNICÍPIO DE GRÁNDOLA
Administração Local	Município de Idanha-a-Nova
Administração Local	Município de Lagoa - Algarve
Administração Local	Município de Lousada
Administração Local	Município de Mação
Administração Local	Município de Machico
Administração Local	Município de Manteigas
Administração Local	Município de Marco Canaveses
Administração Local	Município de Marvão
Administração Local	Município de Mesão Frio
Administração Local	Município de Mortágua
Administração Local	Município de Murça
Administração Local	Município de Odemira - Divisão de Recursos Humanos
Administração Local	Município de Oliveira de Azeméis
Administração Local	Município de Oliveira de Frades
Administração Local	Município de Ourém - Câmara Municipal de Ourém
Administração Local	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA
Administração Local	Município de Pombal
Administração Local	Município de Ponte de Lima
Administração Local	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR
Administração Local	Município de Resende
Administração Local	Município de Ribeira Grande
Administração Local	Município de Santa Comba Dão
Administração Local	Município de Santa Cruz das Flores
Administração Local	Município de Santa Maria da Feira
Administração Local	MUNICÍPIO DE SANTANA
Administração Local	Município de Santiago do Cacém
Administração Local	Município de São João da Pesqueira
Administração Local	Município de São Vicente
Administração Local	Município de Sardoal
Administração Local	Município de Seia - Câmara Municipal
Administração Local	Município de Sever do Vouga
Administração Local	Município de Sintra
Administração Local	Município de Sobral de Monte Agraço
Administração Local	MUNICÍPIO DE SOUSEL
Administração Local	Município de Tábua
Administração Local	MUNICÍPIO DE TABUAÇO
Administração Local	Município de Tavira
Administração Local	Município de Torres Novas
Administração Local	Município de Trancoso
Administração Local	Município de Valença
Administração Local	Município de Velas
Administração Local	Município de Vidigueira
Administração Local	Município de Vila do Bispo
Administração Local	Município de Vila do Porto
Administração Local	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
Administração Local	Município de Vila Nova de Foz Côa
Administração Local	Município de Vila Real
Administração Local	Município de Vila Verde
Administração Local	Município de Vila Viçosa - Câmara Municipal
Administração Local	Município de Viseu
Administração Local	Município de Vouzela
Administração Local	Município do Carvo

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Administração Local	Município do Crato
Administração Local	Município do Fundão
Administração Local	MUNICIPIO TORRE DE MONCORVO
Administração Local	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes
Administração Local	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra
Administração Local	Transportes Urbanos de Braga

ADIE e Órgãos de soberania

Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Protecção Civil
Ministério da Administração Interna	AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODoviÁRIA
Ministério da Administração Interna	Direcção Geral de Administração Interna
Ministério da Administração Interna	Direcção Geral de Infraestruturas e Estruturas
Ministério da Administração Interna	Direcção-Geral da Administração Interna
Ministério da Administração Interna	Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos
Ministério da Administração Interna	Governo Civil de Viana do Castelo
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito da Guarda
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Beja
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Braga
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Bragança
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Castelo Branco
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Coimbra
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Faro
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Leiria
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Portalegre
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Santarém
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Setúbal
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Vila Real
Ministério da Administração Interna	Governo Civil do Distrito de Viseu
Ministério da Administração Interna	Guarda Nacional Republicana
Ministério da Administração Interna	Inspeção-Geral da Administração Interna
Ministério da Administração Interna	Polícia de Segurança Pública
Ministério da Administração Interna	Secretaria - Geral
Ministério da Administração Interna	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	IFAP, IP / DAG-URLF
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, IP
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção - Geral dos Recursos Florestais
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção Geral de Veterinária
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Gabinete de Planeamento e Políticas
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Inspeção-Geral da Agricultura e Pescas
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento R. e P.	Secretaria-Geral
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Nautica Infante D. Henrique
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior Agrária de Ponte de Lima
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Educação de Beja
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Saúde de Viseu
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico do C. E. Ave
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto P. de V. do C.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Estádio Universitário de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Univ. do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto de Meteorologia, I.P.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto de Orientação Profissional
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico - Escola Superior de Tecnologia e G. de Beja
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Beja
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Portalegre
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Setúbal
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Superior de Agronomia
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Superior de Engenharia de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Tecnológico e Nuclear, IP
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	IPT - Escola Superior de Gestão de Tomar
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Núcleo de Formação Contínua
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Reitoria da Universidade de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviço de Acção Social da Universidade de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços de Acção Social
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços de Acção Social do IPT
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Universidade Beira Interior
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Universidade da Madeira
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Universidade de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO ALENQUAR
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Centro Científico e Cultural de Macau
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Direcção Geral do Ensino Superior
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia de Tomar
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Inspeção-Geral

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Investigação Científica Tropical
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico da Guarda
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Tomar - Serviços Centrais
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Serviços Centrais
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Superior de Contabilidade e Administração da UA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Instituto Tecnologia Química e Biológica
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Secretaria-Geral do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços de Acção Social da Universidade de Aveiro
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços de Acção Social da Universidade do Minho
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Beja
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Unidade de Educação Contínua da Reitoria da U. Porto
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Universidade do Minho
Ministério da Cultura	Academia Portuguesa da História
Ministério da Cultura	Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema,IP
Ministério da Cultura	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.
Ministério da Cultura	Instituto dos Museus e da Conservação, IP
Ministério da Cultura	Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.
Ministério da Cultura	Teatro Nacional São João, EPE
Ministério da Cultura	Academia Nacional de Belas-Artes
Ministério da Cultura	Biblioteca Nacional de Portugal
Ministério da Cultura	Direcção Geral de Arquivos
Ministério da Cultura	Direcção Regional da Cultura do Alentejo
Ministério da Cultura	Direcção Regional de Cultura do Algarve
Ministério da Cultura	Direcção Regional de Cultura do Centro
Ministério da Cultura	Direcção Regional de Cultura do Norte
Ministério da Cultura	Direcção-Geral das Artes
Ministério da Cultura	Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas
Ministério da Cultura	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério da Cultura	Inspeção-Geral das Actividades Culturais
Ministério da Cultura	Secretaria Geral
Ministério da Defesa Nacional	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
Ministério da Defesa Nacional	Arsenal do Alfeite
Ministério da Defesa Nacional	DIRECÇÃO GERAL DE ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA
Ministério da Defesa Nacional	Direcção Geral de Política de Defesa Nacional - DGPDN
Ministério da Defesa Nacional	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Ministério da Defesa Nacional	INSPECÇÃO-GERAL DA DEFESA NACIONAL
Ministério da Defesa Nacional	Instituto da Defesa Nacional
Ministério da Defesa Nacional	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
Ministério da Defesa Nacional	Instituto Hidrográfico
Ministério da Defesa Nacional	Polícia Judiciária Militar
Ministério da Defesa Nacional	Ramo Exército / Comando da Instrução E Doutrina
Ministério da Defesa Nacional	SECRETARIA-GERAL
Ministério da Defesa Nacional	Instituto Geográfico do Exército
Ministério da Economia e da Inovação	Autoridade da Concorrência
Ministério da Economia e da Inovação	IAPMEI
Ministério da Economia e da Inovação	Instituto Português da Qualidade, IP
Ministério da Economia e da Inovação	ASAE
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção Regional da Economia do Alentejo
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção Regional da Economia do Algarve
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção Regional da Economia do Centro
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção-Geral das Actividades Económicas
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção-Geral de Energia e Geologia
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção-Geral do Consumidor

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Ministério da Economia e da Inovação	DREN - DIRECÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA DO NORTE
Ministério da Economia e da Inovação	Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação	INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P.
Ministério da Economia e da Inovação	Secretaria-Geral
Ministério da Economia e da Inovação	Turismo de Portugal, IP
Ministério da Economia e da Inovação	Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo
Ministério da Educação	Agrupamento D.Sancho I - EB 23 de Pontével
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Campo Aberto, Beiriz
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas da Sertã
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Miguel Torga
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Nun'Álvares
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Dr. Vasco Moniz
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Lima de Freitas
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Neves Júnior
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical D.Joana de Castro
Ministério da Educação	Escola S/3 de Adolfo Portela, Águeda
Ministério da Educação	Escola secundária C/3 Ciclo do Ensino Básico de Santa Comba Dão
Ministério da Educação	Escola Secundária C/3.º Ciclo Augusto Gomes - Matosinhos
Ministério da Educação	Escola Secundária D. Afonso Sanches - Vila do Conde
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas da Branca
Ministério da Educação	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA ZONA URBANA DA FIGUEIRA DA FOZ
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Abrigada
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Alhadas
Ministério da Educação	agrupamento de escolas de camarate
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Campia
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Mortágua
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Mundão
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Sobreira
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Vila Franca das Naves
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas de Vouzela
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas do Cadaval
Ministério da Educação	Agrupamento De Escolas e Jardins de Infância D. Lourenço Vicente
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Florbela Espanca de Esmoriz
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Maria Pais Ribeiro "A Ribeirinha"
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Padre Vitor Melícias
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas Piscinas Olivais
Ministério da Educação	Agrupamento de Escolas da Sequeira - Guarda
Ministério da Educação	Agrupamento de Serpa
Ministério da Educação	AGRUPAMENTO ESCOLAS PAULO DA GAMA
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Alhandra (Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Soeiro Pereira Gomes)
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Bento Carqueja
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas das Naus
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas de Catelo de Paiva
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas de Frazão
Ministério da Educação	AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE MOURA
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas de Penafiel Sudeste
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas de S. Miguel (Escola básica dos 2º e 3º ciclos de S. Miguel-Sede)
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas do Algoz
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas do Baixo Barroso
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Garcia Domingues - SILVES - Código 145506
Ministério da Educação	Agrupamento vertical de Escolas Engº Duarte Pacheco
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Jacinto Correia de Lagoa - Algarve
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Júdice Fialho

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Escolas Padre Francisco Soares
Ministério da Educação	AGRUPAMENTO VERTICAL DE PADERNE
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical de Pias
Ministério da Educação	Agrupamento Vertical Francisco Torrinha - I52201
Ministério da Educação	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SOURE
Ministério da Educação	Conservatório de Música de Coimbra
Ministério da Educação	Direção Regional de Educação do Centro
Ministério da Educação	Direção Regional Educação do Alentejo
Ministério da Educação	Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paia
Ministério da Educação	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola
Ministério da Educação	Escola S/3 S. Pedro - Vila Real
Ministério da Educação	Escola Secundária Augusto Cabrita
Ministério da Educação	Escola Secundária c/ 3.º Ciclo D. Dinis - Coimbra
Ministério da Educação	ESCOLA SECUNDÁRIA C/ 3º CICLO DE ESMORIZ
Ministério da Educação	Escola Secundária c/ 3º Ciclo do Ensino Básico da Sé - Guarda
Ministério da Educação	Escola Secundária c/3ºciclo do ensino básico de Rocha Peixoto
Ministério da Educação	ESCOLA SECUNDARIA CACILHAS-TEJO
Ministério da Educação	Escola Secundária com 3º Ciclo D.Manuel I
Ministério da Educação	Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Bombarral
Ministério da Educação	ESCOLA SECUNDÁRIA D. INÉS DE CASTRO - ALCOBAÇA
Ministério da Educação	Escola Secundária da Lourinhã
Ministério da Educação	Escola Secundária de Gago Coutinho
Ministério da Educação	Escola Secundária de Maria Lamas de Torres Novas
Ministério da Educação	Escola Secundária de Odívelas
Ministério da Educação	Escola Secundária de Sá da Bandeira
Ministério da Educação	Escola Secundária de Seia
Ministério da Educação	Escola Secundária de Serpa
Ministério da Educação	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES
Ministério da Educação	ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR
Ministério da Educação	Escola Secundária Dom Manuel Martins
Ministério da Educação	Secretaria-Geral *
Ministério da Educação	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação *
Ministério da Educação	Inspeção Geral da Educação *
Ministério da Educação	Editorial do Ministério da Educação *
Ministério da Educação	Gabinete de Gestão Financeira *
Ministério da Educação	Direção-Geral dos Recursos Humanos da Educação *
Ministério da Educação	Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular *
Ministério da Educação	Gabinete de Avaliação Educacional *
Ministério da Educação	Agência Nacional para a Qualificação *
Ministério da Educação	Conselho Nacional de Educação *
Ministério da Educação	Missão para o Sistema de Informação do M.E. *
Ministério da Educação	Direções Regionais de Educação *
Ministério da Justiça	Instituto Gestão Financeira e de Infra Estruturas da Justiça
Ministério da Justiça	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Ministério da Justiça	Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.
Ministério da Justiça	Centro de Estudos Judiciários
Ministério da Justiça	Direção - Geral da Administração da Justiça
Ministério da Justiça	Direção Geral dos Serviços Prisionais
Ministério da Justiça	Direção-Geral da Política de Justiça
Ministério da Justiça	Direção-Geral de Reinserção Social
Ministério da Justiça	Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios
Ministério da Justiça	Inspeção-Geral dos Serviços da Justiça
Ministério da Justiça	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça
Ministério da Justiça	Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.
Ministério da Justiça	Polícia Judiciária
Ministério da Justiça	Secretaria Geral do Ministério da Justiça

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Ministério da Justiça	Tribunais **
Ministério da Saúde	Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE - Barreiro
Ministério da Saúde	secretaria-geral
Ministério da Saúde	Administração Regional De Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP
Ministério da Saúde	Centro de Estudos e Formação
Ministério da Saúde	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, EPE
Ministério da Saúde	Centro Hospitalar de Coimbra, E.P.E.
Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Ave , EPE
Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E
Ministério da Saúde	Hospital de Magalhães Lemos
Ministério da Saúde	Hospital de Santa Maria, EPE
Ministério da Saúde	Hospital de São Teotónio
Ministério da Saúde	Hospital Miguel Bombarda
Ministério da Saúde	Hospital Pulido Valente
Ministério da Saúde	Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.
Ministério da Saúde	Instituto Nacional de Emergência Médica
Ministério da Saúde	MATERNIDADE DR. ALFREDO DA COSTA
Ministério da Saúde	Administração Central do Sistema de Saúde
Ministério da Saúde	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO LORVÃO
Ministério da Saúde	Administração Regional de Saúde do Alentejo I.P.
Ministério da Saúde	Administração Regional de Saúde do Algarve
Ministério da Saúde	Centro de Histocompatibilidade do Sul
Ministério da Saúde	Centro Hospitalar das Caldas da Rainha
Ministério da Saúde	Hospital Arcebispo João Crisóstomo
Ministério da Saúde	Hospital Central de Faro
Ministério da Saúde	Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes Oliveira
Ministério da Saúde	Hospital de Joaquim Urbano
Ministério da Saúde	Hospital de José Luciano de Castro
Ministério da Saúde	Hospital de S. Pedro Gonçalves Telmo
Ministério da Saúde	Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.
Ministério da Saúde	Hospital do Montijo
Ministério da Saúde	Hospital Dr Francisco Zagalo - Ovar
Ministério da Saúde	Hospital Júlio de Matos
Ministério da Saúde	Hospital Reynaldo dos Santos de Vila Franca de Xira
Ministério da Saúde	Hospital Sobral Cid
Ministério da Saúde	INSPECÇÃO-GERAL DAS ACTIVIDADES EM SAÚDE
Ministério da Saúde	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
Ministério da Saúde	INSTITUTO PORTUGUÊS DO SANGUE, IP
Ministério da Saúde	secretaria-geral
Ministério da Saúde	Divisão de Gestão de Recursos
Ministério das Finanças e da Administração Pública	INA - Instituto Nacional de Administração, I.P.
Ministério das Finanças e da Administração Pública	ADSE
Ministério das Finanças e da Administração Pública	DCCI
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Direcção Geral da Administração e do Emprego Público
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Direcção-Geral do Orçamento
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Inspeção-Geral de Finanças
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Instituto de Informática
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Secretaria-Geral
Ministério das Finanças e da Administração Pública	Serviços Sociais da Administração Pública
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	ICP-ANACOM, Autoridade Nacional de Comunicações
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	IMT - INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES, I.P.

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Instituto da Construção e do Imobiliário
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional -GABLOGIS
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	GPAA - Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes
Ministério das Obras Públicas, Transportes e C.	Secretaria-Geral
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Instituto Regulador de Águas e Resíduos
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Agência Portuguesa do Ambiente
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGADT)
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Instituto da Água, I.P.
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Instituto Geográfico Português
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e D. R.	Secretaria-Geral
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Centro de formação Profissional para a Indústria de Cerâmica - Cencal
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	INATEL
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto Nacional para a Reabilitação
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Casa Pia de Lisboa, I.P.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Direcção-Geral da Segurança Social
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Gabinete de Estratégia e Planeamento
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	INSPECÇÃO-GERAL
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto de Informática, I.P.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Secretaria-Geral MTSS
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Instituto de Segurança Social
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Instituto Camões
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Direcção Geral dos Assuntos Europeus
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Secretaria-Geral do MNE ***
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Instituto diplomático ***
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Direcção-Geral de Administração ***
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas ***
Presidência do Conselho de Ministros	Centro de Estudos e Formação Autárquica
Presidência do Conselho de Ministros	INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL, I.P.
Presidência do Conselho de Ministros	Instituto Nacional de Estatística
Presidência do Conselho de Ministros	Agência para a Modernização Administrativa
Presidência do Conselho de Ministros	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros	CONSELHO NACIONAL DE PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA
Presidência do Conselho de Ministros	DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Listagem dos serviços que disponibilizaram dados sobre formação

Presidência do Conselho de Ministros	Gabinete Nacional de Segurança
Presidência do Conselho de Ministros	Gabinete para os Meios de Comunicação Social
Presidência do Conselho de Ministros	Inspeção-Geral da Administração Local
Presidência do Conselho de Ministros	Instituto Português da Juventude, I.P.
Presidência do Conselho de Ministros	Secretaria-Geral
Orgãos Soberania	Secretaria-Geral da Presidência da República
Orgãos Soberania	Assembleia da República

* Serviços agregados no relatório enviado pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação

** Agregação de dados relativos ao pessoal de apoio a 355 Tribunais.

*** Serviços agregados no relatório enviado pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Administração Regional Autónoma	
MADEIRA	AÇORES
Direcção Regional da Administração Pública e Local	Direcção Regional do Ambiente
Direcção Regional da Administração Pública de Porto Santo	Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica
Direcção Regional de Administração Educativa	Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura
Direcção Regional de Administração da Justiça	Direcção Regional dos Assuntos Europeus
Direcção Regional de Ambiente	Direcção Regional da Ciência e da Tecnologia
Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Direcção Regional do Comércio Indústria e Energia
Direcção Regional de Assuntos Fiscais	Direcção Regional das Comunidades
Direcção Regional de Edifícios Públicos	Direcção Regional da Cultura
Direcção Regional de Educação	Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário
Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	Direcção Regional da Educação
Direcção Regional de Estatística	Direcção Regional da Educação Física e Desporto
Direcção Regional de Estrada	Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores
Direcção Regional de Florestas	Direcção Regional da Habitação
Direcção Regional de Formação Profissional	Direcção Regional da Juventude Emprego e Formação Profissional
Direcção Regional de Geografia e Cadastro	Direcção Regional de Obras Públicas Transportes T. e Comunicações
Direcção Regional de Gestão e Desenvolvimento de Recursos	Direcção Regional do Orçamento e Tesouro
Direcção Regional de Informática	Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos R. Hídricos
Direcção Regional de Obras Públicas	Direcção Regional da Organização e Administração Pública
Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade	Direcção Regional das Pescas
Direcção Regional de Veterinária	Direcção Regional dos Recursos Florestais
Direcção Regional de Pescas	Direcção Regional da Saúde
Direcção Regional de Planeamento e Finanças	Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social
Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos	Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos
Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública	Direcção Regional do Turismo
Direcção regional de Saneamento Básico	
Direcção Regional de Turismo	
Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia	
Direcção Regional do Ordenamento do Território	
Direcção Regional do Património	
Direcção Regional do Trabalho	
Direcção Regional dos Assuntos Culturais	
Direcção Regional dos Assuntos Europeus C. Externa	
Direcção regional dos Transportes Terrestres	

ANEXO III

Glossário de Siglas

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ADIE	- Administração Directa e Indirecta do Estado
AL	- Administração Local
BDAP	- Base de Dados da Administração Pública
CEFA	- Centro de Estudos e Formação Autárquica
CNAEF	- Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
DGAEP	- Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAL	- Direcção-Geral das Autarquias Locais
INA,I.P.	- Instituto Nacional de Administração, Instituto Público
MAI	- Ministério da Administração Interna
MADRP	- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAOTDR	- Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
MC	- Ministério da Cultura
MCTES	- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	- Ministério da Defesa Nacional
ME	- Ministério da Educação
MEI	- Ministério da Economia e da Inovação
MFAP	- Ministério das Finanças e da Administração Pública
MJ	- Ministério da Justiça
MNE	- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC	- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS	- Ministério da Saúde
MTSS	- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM	- Presidência de Conselho de Ministros
RAA	- Região Autónoma dos Açores
RAM	- Região Autónoma da Madeira
RCM	- Resolução do Conselho de Ministros
SIOE	- Sistema de Informação da Organização do Estado